

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC n.º 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, n.º 9 1249-087 Lisboa

Editorial

Sócrates e o Banco de Portugal

O Boletim de Primavera do Banco de Portugal é um desmentido em toda a linha do discurso de Sócrates. Ao contrário do que este afirmara, a consolidação orçamental não está feita e o processo terá de continuar até atingir o valor de 0,5% de défice em 2010.

Ao arrepio do que Sócrates sustentara, o desemprego não só não está a baixar como aumentou a precariedade do emprego. Ao invés do que Sócrates adiantara, a redução da despesa pública afinal é apenas a decorrente temporariamente do congelamento da progressão automática na função pública, da limitação das reformas e da alteração do regime do subsídio de desemprego. À revelia do que Sócrates dissera, o crescimento económico em 2008 vai ficar muito abaixo dos miríficos 2,2%.

Vale isto para dizer que o oásis de Sócrates é cada vez mais uma quimera. Como o demonstra o recente relatório do Banco de Portugal. Insuspeito. Categórico. Incontornável.

Que credibilidade pode ter este governo?

Jorge Neto

Sucesso significativo da primeira fase do périplo do Presidente no projecto “Mudar Portugal”



Destaques:

“Desemprego real em dois dígitos”, disfarçado por emigração de vai-vem quotidiano a Espanha
Em “Actividades do Presidente”

Necessidade de políticas pró-activas para a recuperação do interior

Pags. 2 e seguintes

Ribau Esteves acusa socialistas de usar o «mecanismo do subsídio» para se «perpetuarem no poder»

Em “Actividades do PSD”

O Presidente no Fundão, para reunião com dirigentes locais e regionais do nosso Partido que marcou o arranque do périplo “Mudar Portugal”

O presidente do PSD, Luís Filipe Menezes, classificou hoje como “uma grande mentira” os números do desemprego divulgados pelo primeiro-ministro José Sócrates.

O líder do PSD falava na chegada ao Fundão para um jantar à porta fechada com dirigentes locais e regionais do partido, que marcou o início de “um périplo pelo interior do País”.

Segundo Luís Filipe Menezes, há “uma grande mentira que o engenheiro José Sócrates está a passar ao País no que diz respeito aos números do desemprego”.

“Se fossemos contabilizar os portugueses que diariamente atravessam a fronteira para trabalhar em Espanha - só na construção civil serão mais de 100 mil - não teríamos 7,5 por cento de desempregados. Provavelmente, estaríamos muito perto dos dois dígitos”, referiu.

Um cenário que Menezes quer inverter com uma aposta nas regiões fronteiriças de Portugal: “Um governo do PSD vai apostar no interior por uma questão de inteligência”, sublinhou.

“A perspectiva de mercado ibérico passa por transportar o desenvolvimento para perto dos 40 milhões de consumidores adicionais que temos do outro lado da fronteira”, referiu.

Ao lado das críticas às políticas do PS “de abandono do território”, Menezes defendeu no Fundão uma harmonização fiscal ibérica a médio prazo e incentivos para atrair profissionais para o interior, nomeadamente na área da saúde.

“Primeiro é preciso atrair médicos para o serviço público e acabar com a saída para o privado”, disse.

“É preciso um sistema de relativa igualdade que permita aos utentes escolherem entre público e privado”, descreveu, em vez de “uma lógica de promiscuidade de mistura de sectores”.

Em Castelo Branco e na Covilhã

Luís Filipe Menezes visitou, a partir das 11:00 a romaria da Senhora de Mercúles, em Castelo Branco, cidade que celebra o seu feriado municipal e onde o líder do PSD participou num almoço popular.

Às 15:00 foi recebido na Câmara da Covilhã, seguindo-se naquela cidade visitas à Universidade da Beira



Interior, Zona Industrial do Tortosendo e o Hospital Pêro da Covilhã.

Às 20:00 participou num jantar com militantes e simpatizantes, no Hotel D. Maria, naquela cidade, estando todas as inscrições possíveis completamente esgotadas.

O Presidente alertou, em Castelo Branco, para o problema da interioridade, considerando que, nos últimos 20 anos, Portugal não apostou na “utilização harmoniosa e global de todo o território nacional”.

Para Menezes, que falou aos jornalistas no final da visita à Romaria de Nossa Senhora de Mercúles, esta

política levou ao desequilíbrio existente entre litoral e interior.

Face à integração Europeia e aos desafios do mercado ibérico, o líder social-democrata defendeu que “investir no interior é uma questão de inteligência económica, é dar mais competitividade a Portugal”, tendo em conta os milhões de potenciais consumidores espanhóis próximos do interior de Portugal.

De acordo com Luís Filipe Menezes, é preciso mostrar ao país e aos empresários que “o interior de Portugal é uma janela de oportunidades do ponto de vista de criação de riqueza”.

Mas serão necessárias, também, para o líder do PSD, políticas pró-activas por parte do Governo no sentido do repovoamento e reocupação do interior.

Essas medidas, segundo Menezes, não passam pelo fecho de serviços públicos.

“Mais vale haver um esforço orçamental de manter muitos desses serviços a funcionar para que, quando o interior tiver outra dinâmica, não se tenha que partir do zero”, disse.

Luís Filipe Menezes, que desde a noite de segunda-feira da semana passada, se encontra no distrito de Castelo Branco, ainda se deslocou ao concelho da Covilhã, onde, depois de visitar algumas instituições e empresas, janta com militantes sociais-democratas.

Diploma do PSD definirá novas atribuições e competências para as autarquias

O PSD vai apresentar em breve na Assembleia da República um diploma genérico que define novas atribuições e competências para as autarquias, anunciou Luís Filipe Menezes, na Câmara da Covilhã, onde foi recebido pelo presidente da autarquia, Carlos Pinto (PSD), antes de iniciar uma visita





a algumas instituições do concelho.

Nos próximos dias vai ainda ser apresentado o programa “Polis Social” de intervenção social nas cidades, acrescentou.

“Vamos apresentar, porventura na próxima semana [na Assembleia da República], um diploma genérico que define atribuições e competências novas para as autarquias em áreas como Saúde, Educação, Património, Ordenamento e Ambiente”, referiu Luís Filipe Menezes.

“Queremos colocar o poder mais próximo das pessoas”, justificou.

Nesse âmbito, anunciou para os próximos dias a apresentação de um pacote de medidas que chama de “Polis Social”. Segundo Luís Filipe Menezes, trata-se um programa de investimentos nos bairros sociais que será proposto pelo PSD.

Ainda na Câmara da Covilhã, Luís Filipe Menezes, lamentou que 97 por cento dos projectos de Potencial Interesse Nacional (PIN) estejam sedeados no litoral, reivindicando a canalização de mais investimentos para o interior.

O líder do PSD considerou insuficientes os benefícios fiscais para o interior e defendeu SCUTs sem portagens apenas para trânsito local.

“Lamentavelmente, 97 por cento dos investimentos captados pelas agências criadas pelo efeito estão numa faixa de 10 quilómetros ao longo do litoral”, sublinhou Luís Filipe Menezes, referindo-se aos projectos PIN. “Só três por cento foram captados para o interior”.

“Podia ter havido vontade de canalizar investimento para o interior. Mas assim, acentuam-se assimetrias”, sublinhou o líder do PSD, numa crítica ao Governo, ao mesmo tempo que considera insuficientes os incentivos fiscais para empresas do interior.

“Pequenos benefícios fiscais não dão resultado. Deve haver radicalidade nas medidas durante alguns anos e só para investimentos significativos e que provoquem uma modernização do tecido produtivo”, acrescentou.

Segundo Luís Filipe Menezes, trata-se de “seguir o exemplo de países europeus onde isto foi feito na última década, como a França”.

Insistindo numa harmonização



fiscal ibérica “ao longo de uma legislatura”, Menezes defendeu também que as SCUTs passassem a ser isentas de portagem apenas para o trânsito local.

“A quebra de receita com o não pagamento de SCUTs anda na ordem dos 700 milhões de euros por ano. Ora, um por cento do IVA são 450 milhões de euros por ano, portanto, com as SCUTs estamos a falar de 1,5 pontos percentuais de IVA”, referiu.

Reflexões sobre entrevista do Ministro das Finanças

O nosso presidente considerou hoje que o Governo está “interdito” de usar desculpas se o crescimento económico nacional previsto para este ano “correr menos bem”.

O líder social-democrata reagiu, à margem de uma visita ao concelho da Covilhã, à entrevista do ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, ao jornal financeiro Financial Times.

Segundo o ministro das Finanças, a economia portuguesa está mais “robusta” e por isso não deverá sofrer dos mesmos “desequilíbrios” que afectam os Estados Unidos. No

entanto, reconhece que a confiança de consumidores e empresas está a sofrer.

Afinal, “apesar de tudo isso e segundo o próprio ministro das Finanças, os níveis de confiança dos portugueses são dos mais baixos dos últimos anos e essa descida tem sido notória nos últimos meses. Ora ainda bem que já não precisamos de ser nós a dizê-lo”, referiu Menezes.

“Como português, desejo que o nosso país aguente”, referiu.

“Mas o que quero é que o governo não vá usar desculpas se as coisas correrem menos bem, porque não tem o direito de o fazer”, face à forma como encarou os últimos anos.

“Face a um crescimento medíocre nos últimos três anos, o governo não teve a seriedade intelectual de considerar que isso se deveu fundamentalmente a algum dinamismo económico dos nossos principais parceiros comerciais”, concluiu.

No jantar com militantes e simpatizantes

No jantar com militantes na Covilhã, que fechou a visita à cidade Luís Filipe Menezes, afirmou que acredita que o incumprimento de promessas “enfáticas” por parte do primeiro-ministro José Sócrates vai ser penalizado pelos eleitores em 2009.

Menezes destacou o facto de Sócrates ter assumido “compromissos enfáticos, daqueles assumidos olhos nos olhos com os eleitores” como o de não aumentar a carga fiscal - “mas em seis meses subiu nove impostos”.

“Até podíamos perdoar se os resultados fossem exemplares mas Portugal vai continuar a ser o 26º país europeu em termos de crescimento e onde o desemprego tem aumentando nos últimos três anos”, referiu.

Ao longo do discurso, o líder do PSD descreveu um “caos nos serviços

públicos” e uma “batalha campal no ensino” para ilustrar críticas ao Governo socialista.

“Se prometeu e não cumpriu e não há resultados, porque razão não há-de o eleitorado querer mudar?” - questionou. “Só se não confiarem em nós. Mas o PSD não tem razões para não acreditar em si próprio e levantar a sua auto-estima”, destacou.

O presidente do partido criticou as comparações de Sócrates entre a actual governação e o anterior Governo do PSD, considerando que só seria justo comparar o que faria na conjuntura da altura e se Durão Barroso e Santana Lopes liderassem nos anos socialistas.

“Essa comparação é que era intelectualmente séria”, salientou.

Luís Filipe Menezes fechou a passagem pelo Distrito de Castelo Branco defendendo uma “radicalidade reformista”.

“Em meia-dúzia de anos podemos mudar o País e estar ao nível dos melhores da Europa”, concluiu.

Prelúdio a Bragança: uma carta cheia de significado publicada sem comentários...

«Excelentíssimo senhor doutor Luís Filipe Menezes:

Em 1974, munido de credencial pessoalmente emitida pelo saudoso Dr. Francisco Sá Carneiro, e imbuído pelos princípios da social-democracia, de carácter reformista e humanismo personalista, propus-me pugnar, no Distrito de Bragança, acompanhado por um coeso e corajoso grupo de jovens e adultos, pela difusão desses ideais.

O objectivo foi conseguido, tendo todos merecido, então, do nosso líder, em sessão pública local, a distinção de que éramos a melhor estrutura partidária do País.

Acompanhámos o Partido até hoje. Sempre sentimos, e com mágoa o



dizemos, que, embora no “cimo de Portugal”, não passávamos de uns “bichos” instruídos. Como sempre sentimos que, sempre que o Partido se movimentava e afirmava, era de imediato confrontado com movimentos contestatários internos que o tentavam paralisar. Como sempre sentimos que, sempre que alguém se movimentava e iniciava a luta pelo reformismo interno do Partido, em defesa dos valores que o enformam, já outros frustrados candidatos a líderes se perfilavam para o destruir. Não é por acaso que vivemos, ainda, o misterioso desaparecimento do Dr. Francisco Sá Carneiro.

Nem sempre, contudo, esta estratégia compensou. Percorre Vossa Excelência, como nosso legítimo líder, esse difícil caminho, comum a outros destacados líderes do Partido. E porque se propõe, legitimado pelo voto, uma transformação progressiva da sociedade e do próprio Partido, permanentemente encontrará todo o tipo de escolhos e pedras pelo caminho.

Vossa Excelência não pode abrandar nem enfraquecer. Conta com o apoio das bases.

Vai ter, nesta caminhada, saudades da obra que fez em Gaia, e continuaria a fazer.

Todavia, o seu mundo, agora, é o País actual, a vida actual, a “noite” em que vivemos. E tal como a noite se emenda com o dia, também essa “noite se emenda com o dia” que almejamos com a sua determinação. - *«Bragança, 12 de Abril, Júlio Carvalho, Fundador do PSD no Distrito de Bragança»*

Carrazeda de Ansiães, “porta de entrada” no distrito de Bragança

O Presidente do PSD, Luís Filipe Menezes, chegou a Carrazeda de Ansiães às 9 horas, sendo recebido por centenas de populares. A Quinta de Coveta foi o local escolhido pelo líder do Partido, para dar início à fase distrital de Bragança, ao Roteiro “Mudar Portugal”.

Num pequeno-almoço informal, Luís Filipe Menezes teve a oportunidade de trocar impressões com olivicultores, vitivicultores e fruticultores. O Presidente do PSD aproveitou para dirigir uma mensagem aos presentes: “Sem uma viticultura forte a marca Douro não tem êxito. O que se passa actualmente no interior do País é a constatação de regiões cada vez mais pobres, cada vez com menores recursos, com estradas de difícil acesso e degradadas, com o encerramento de serviços e, neste momento, urge inverter estes erros. O Governo virou costas a dois terços do País, esqueceu os mais desfavorecidos e aumentou as assimetrias. Temos de promover o desenvolvimento do ordenamento do território, temos de promover o regresso das pessoas ao interior. A agricultura portuguesa não pode continuar ao abandono como tem continuado sistematicamente a fazer o



Governo de José Sócrates”.

Primeiro contacto com os jornalistas no segundo dia do périplo

Num primeiro contacto com os jornalistas, e com a Serra da Ribalonga a servir de cenário, o Presidente do PSD falou à imprensa às 10 horas. Nesse momento, Luís Filipe Menezes manifestou que o PSD está muito preocupado com a desertificação do País e com o abandono do território. “Há agricultores que esperam há ano e meio fundos comunitários e que acabam por nunca chegar. Há uma política incompreensível de aposta em meia dúzia de grandes agricultores em prejuízo dos 40 mil que existem nesta região”, sublinhou Luís Filipe Menezes.

Presidente do PSD e a sua comitiva seguiram depois até Vila Flor, onde foi recebido pelo Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor, Dr. Vítor Costa.

Depois de uma caminhada pelo centro da vila, e durante a qual Luís Filipe Menezes aproveitou para trocar cumprimentos com a população, o

Café Central foi o local escolhido para várias dezenas de militantes esperarem a comitiva social-democrata e com ele confraternizarem e trocaram impressões.

Recepção muito calorosa em Freixo de Espada-à-Cinta

Junto à Barragem de Freixo de Espada-à-Cinta, Luís Filipe Menezes promoveu o segundo encontro do dia com os jornalistas. Nesta conferência de imprensa, o Presidente do PSD focou o desemprego, a assimetria fiscal e o fecho discricionário de serviços públicos como os grandes responsáveis pelo aumento da desertificação no interior do País.

Depois de um dia muito preenchido com a comunidade local, o líder do PSD teve ainda a oportunidade de visitar o Centro de Saúde de Freixo de Espada-à-Cinta, onde foi calorosamente recebido pela população. A simpatia e o grande calor humano que rodearam este primeiro dia da visita ao País real foram a nota dominante, que nos apraz registar.

Luís Filipe Menezes foi muito bem recebido no distrito de Bragança e a todos deixou uma mensagem de

esperança e confiança, expressando, igualmente, que o País precisa de novas políticas e de um rumo para o desenvolvimento de Portugal. O dia acabou com um jantar em Mogadouro, onde estiveram mais de 400 militantes.

A história de um “desempregado” que não consta das estatísticas, por que vai trabalhar a Espanha todos os dias

David Filipe tem 24 anos e atravessa diariamente a fronteira para trabalhar na construção civil, em Espanha. É, segundo o presidente do PSD, Luís Filipe Menezes, um dos muitos portugueses que engrossa o número do desemprego “mascarado”.

“Se o Governo contabilizasse o número de portugueses que procuram trabalho em Espanha na construção civil, o desemprego não seria de oito por cento (...) Atingiria os dois dígitos”, afirmou Menezes, no final do primeiro dia do “Roteiro Mudar Portugal”, em que andou pelo distrito de Bragança.

O líder do PSD falou com trabalhadores portugueses, na fronteira de Saucelle (que faz fronteira com a província espanhola de Salamanca) na barragem sobre o rio Douro Internacional, que David e outros colegas de Freixo de Espada à Cinta, no sul do Distrito de Bragança atravessam diariamente.

“Aqui não há trabalho”, sustentam mais dois trabalhadores, Virgílio Madeira e Aníbal Domingos.

Ao contrário de trabalhadores da construção civil de outras zonas do país, que fazem o percurso semanalmente, estes atravessam a fronteira diariamente, até Aldea d’Avila.

“Quarenta e cinco minutos para cada lado”, contou Aníbal.

Saem de Freixo às seis da manhã e regressam às cinco da tarde “todos os dias”.





Dizem que não ganham mais em Espanha, mas é a única alternativa que têm porque não há trabalho, nem em Freixo nem na região.

“É uma preocupação constatarmos que o desemprego em Portugal não é os oito por cento de que fala o primeiro-ministro”, afirmou Menezes.

“Manifestamente atinge os dois dígitos se contabilizarmos os trabalhadores que todos os dias passam a fronteira”, acrescentou.

Para o líder social-democrata “esta realidade mascarada do país” só pode ser ultrapassada apostando no interior, que representa dois terços do território nacional.

Menezes lembrou ainda que do outro lado da fronteira há um mercado de 40 milhões (pessoas) e que “é um acto de inteligência apostar no interior e no lado de lá”.

Menezes reiterou a promessa do PSD de harmonização fiscal ibérica, se formar governo, no prazo de uma legislatura.

Voltou também a defender a criação de um programa de incentivos, não só fiscais, mas para captar também quadros superiores, de forma a que “o interior possa ser dentro de 4 a 6 anos palco de lançamento da economia nacional”.

O presidente do PSD concluiu desta forma o primeiro de dois dias do “Roteiro Mudar Portugal”, no Distrito de Bragança.

Mais de duas mil pessoas num jantar de encerramento e apresentação de novos militantes

Para hoje, sábado, o dia para a comitiva do PSD iniciou-se bem cedo, mais concretamente em Alfândega da Fé, local onde Luís Filipe Menezes promoveu um pequeno-almoço com diversas entidades locais.

Mais tarde, o Presidente do PSD visitou a Biblioteca Municipal de Alfândega da Fé e ao meio-dia esteve no Hospital de Macedo de Cavaleiros.

No período da tarde, Bragança foi no centro das atenções. Às 15h30, o líder do PSD participou numa conferência temática inserida no ciclo “Ouvir Portugal”, no Centro Cultural de Bragança, a cargo de Rui Moreira, presidente da Associação Comercial do



Porto; às 18h00, estará presente num Encontro Distrital de Mulheres Social-Democratas; e às 19h45, terá uma reunião com associações agrícolas, na Escola Profissional de Agricultura de Carvalhais. O Roteiro “Mudar Portugal” terminou com um mega-jantar, em Mirandela (Pavilhão do Inatel), com uma acção de angariação de novos militantes e onde estiveram presentes mais de duas mil pessoas.

Governo: depois do «Fecha, fecha»... vem o «Recua, recua»!, afirma Menezes

O presidente do PSD, Luís Filipe Menezes, considerou hoje que o acordo entre professores e Ministério da Educação “é mais um sinal de recuo e da capitulação do Governo”.

“Estamos na fase do recua, recua, recua, depois da fase do fecha, fecha, fecha”, disse, em Alfândega da Fé, onde iniciou hoje o segundo dia do “Roteiro Mudar Portugal” pelo Distrito de Bragança

Para o líder social-democrata, “o Governo recua na OTA, recua agora

nos professores, recua em tudo aquilo que do ponto de vista político eleitoral não sirva os interesses do Partido Socialista”.

Menezes considerou que o acordo alcançado hoje de madrugada entre o Ministério da Educação e sindicatos dos professores “é o terceiro sinal da triade fatal destes últimos dez dias do Governo”.

“Agora onde é que está a convicção do primeiro-ministro e as convicções profundas da senhora ministra da Educação relativamente àquilo que dizia que era um modelo que não iria transigir” perguntou.

O PSD considera “absolutamente condenável que ao longo de três anos a concertação entre o Ministério da Educação e os Sindicatos dos Professores tenha sido praticamente nula”.

“Agora constatamos que o Governo recuou em toda a linha, abdicou completamente daquilo que eram os seus propósitos por uma razão: quer de qualquer maneira, a qualquer preço, ganhar as eleições de 2009”, disse.

Para Menezes, o primeiro sinal de recuo foi o anúncio da redução do IVA em um ponto percentual, dias depois de o primeiro-ministro, José Sócrates, ter considerado “leviano” o pedido do PSD nesse sentido.

O segundo “recuo” para Luís Filipe Menezes foi “o Governo ter voltado à política da auto-estrada, ao betão puro e duro, às pontes, aos túneis”, depois de ter dito que as suas prioridades eram outras.

“Trás-os-Montes é o local indicado para perguntar se foi suficientemente debatida a necessidade de se construir mais uma ponte (sobre o Tejo), que significa investimento nesta região durante 30 ou 40 anos”, questionou.

Para Menezes, “o Governo já percebeu que a aplicação das fórmulas governativas que tem vindo a desenvolver não resultaram”.

“O que se está a passar em Portugal nestes dias é a capitulação total do Governo perante o seu falhanço”, afirmou.

Defesa da instalação de Empresas em Concelhos deprimidos, através de “incentivos radicais”

Em Celorico de Basto, Luís Filipe Menezes afirmou que as empresas que se instalem em concelhos deprimidos deviam beneficiar, durante alguns anos, de “incentivos radicais”, propondo a aplicação de impostos com taxas próximas do zero.

O líder social-democrata explicou que esta medida se devia aplicar às empresas responsáveis por projectos que contribuam para o desenvolvimento das regiões do interior do país, considerando que um abaixamento de alguns pontos percentuais no IRC não é suficiente.

Luís Filipe Menezes, que discursava na conferência “Novos Caminhos para o interior”, promovida pela secção de Celorico de Basto do PSD, também reclamou mais incentivos especiais dirigidos a quadros profissionais que queiram trabalhar, investir e viver no interior.

O presidente social-democrata lembrou que as eleições autárquicas de 2009 poderão coincidir com as legislativas, o que considerou ser uma vantagem para o PSD.

“Isso é um enorme desafio e algo que nos dá imensa confiança. Temos de fazer o possível para potenciar a enorme vantagem que temos no poder local em Portugal e pedir aos eleitores que vão dar vitórias esmagadoras aos nossos presidentes de câmaras e juntas para terem um voto semelhante quando se trata de escolher um candidato a primeiro-ministro e os deputados”, afirmou, dirigindo a algumas centenas de pessoas que enchiam o cine-teatro local.

Voltando-se para o líder da Distrital



de Braga, Virgílio Costa, e o presidente da Câmara de Celorico de Basto, Albertino Mota e Silva (PSD), adiantou que em 2009, serão as estruturais distritais do partido a escolherem os candidatos a deputados e as concelhias os presidentes de câmara.

“Comigo como presidente do PSD, nunca mais a Comissão Política nacional, sentada em Lisboa, irá decidir quem é melhor para representar o partido em cada concelho”, assinalou.

Luis Filipe Menezes reafirmou que não haverá recuos na linha política do PSD, “independentemente dos ataques, insultos e provocações que façam de dentro e de fora do partido”.

O líder social-democrata disse que em 2009 “o PSD tem a oportunidade de restituir o poder de decisão na democracia representativa àqueles que têm obrigação de decidir, que é o povo”.

“O futuro de Portugal depende da nossa capacidade de combate. Se o PSD acreditar em si próprio e tiver a coragem para enfrentar este poder absoluto socialista, sem medo e com determinação, em 2009 tudo será diferente em Celorico de Basto e no resto do país”, destacou.

O líder do PSD reiterou as críticas à comunicação social, considerando que “o está a acontecer do ponto de vista comunicacional em Portugal é uma verdadeira vergonha”.

Menezes disse estranhar que as críticas que fez ao Governo e ao PS durante o congresso do PSD Madeira, realizado no passado fim-de-semana, não tenham passado nas estações de televisão.

Em Celorico de Basto, reafirmou as críticas ao primeiro-ministro José Sócrates, acusando-o de “ter faltado à verdade” no debate que teve com Pedro Santana Lopes no final da campanha eleitoral para as legislativas de 2005.

“Se dissesse aos portugueses que ira aumentar nove impostos, tocar nos direitos sociais dos desempregados e



reformados, aumentar as taxas moderadoras, fechar maternidades e urgências, aplicar taxas nas SCUT e maltratar professores e médicos, não tinha ganho as eleições, nem teria maioria absoluta”, disse aos militantes.

Antes de terminar, garantiu ao presidente da Câmara local que se o PSD for governo em 2009 irá assegurar a construção de um nó na A7, na zona da Gandarela de Basto, que garanta uma melhor acessibilidade ao concelho, o único em toda a região que não beneficia de um acesso directo à auto-estrada.

O presidente da autarquia, Albertino Mota e Silva tinha acusado o actual Governo de não honrar um compromisso do executivo de Durão Barroso, que tinha prometido a infraestrutura durante uma visita que fez ao município.

O presidente do PSD, Luis Filipe Menezes terminou sábado em Mirandela, o primeiro roteiro “Mudar Portugal” encorajado pela receita de um autarca social-democrata para

vencer os adversários internos e o Governo socialista.

O presidente da Câmara de Mirandela, José Silvano, apresentou ao líder do partido a receita com que disse ter já obtido várias vitórias para o seu concelho.

“Seja mais crítico”, pediu Silvano a Menezes, garantindo que com “crítica, contestação e determinação” conseguirá obter resultados.

O presidente da Câmara de Mirandela colocou um cartaz na via rápida IP4, que liga a fronteira ao Porto, a dizer “Aqui acaba Portugal” perante a ameaça de perda de serviços públicos.

Seguiram-se várias manifestações e protestos e Mirandela perdeu apenas a maternidade, quando tinha em risco também a PSP, o tribunal, a urgência médico-cirúrgica e a direcção regional de agricultura.

“Quando o Governo vê determinação, recua, recua, recua”, disse o autarca social-democrata, que pediu também a Menezes para “não

ligar nada às críticas”.

“Faça mais críticas”, aconselhou Silvano, que é um dos mais destacados dirigentes regionais do PSD.

O autarca lembrou o exemplo de Cavaco Silva que “não passava na Comunicação Social” quando chegou ao partido.

“Fez o que o nosso líder está a fazer hoje, fez-se à estrada, falou com as pessoas e a Comunicação social teve de ir atrás dele”, prosseguiu o autarca de Mirandela.

O encorajamento ao líder foi reforçado por cerca de 2.000 militantes e simpatizantes que encheram o pavilhão do Inatel de Mirandela, naquela que foi a última iniciativa de Menezes em dois dias no Distrito de Bragança.

O presidente do PSD formalizou a filiação de 20 novos militantes, a somar aos cerca de 3.500 do Distrito, no âmbito de uma campanha nacional de angariação.

Entre os novos militantes “apadrinhados” pró-Menezes encontra-se o ex-presidente da distrital de Bragança do CDS-PP, Mário Mesquita, que se afastou do partido em desacordo com Paulo Portas.

Menezes disse ter constatado neste primeiro roteiro a existência (no PSD) de “dois países e dois partidos: um pequeno partido das divisões, querelas e da intriga e um país e um partido real e mobilizado”.

O presidente do PSD disse que é com este partido que conta.

“Não conto com os que só querem aparecer na fila de espera na noite das eleições em caso de vitória”, declarou.

Menezes disse ainda que “há quem não goste das regras”, mas com ele “as bases, quem está nas regiões é quem vai decidir e escolher”, nomeadamente candidatos a eleições.

Já a pensar nas autárquicas, o líder social-democrata exortou os actuais presidentes de câmara do Distrito de Bragança a recandidatar-se.

O partido gere oito dos 12 municípios do Nordeste Transmontano e o líder disse estar disponível para em breve regressar à região para apresentar “candidatos vencedores” às câmaras onde ainda não lidera. - Fontes: Lusa e n/ enviado

Luis Filipe Menezes sugere ponte entre Algés e Trafaria

Luis Filipe Menezes apelou ao Governo para reequacionar a nova travessia sobre o Tejo, admitindo que uma ligação entre Algés e Trafaria seria «bem mais útil» para os lisboetas do que entre Chelas e Barreiro.

O líder do PSD, que falava em Vigo onde se deslocou na qualidade de presidente do Eixo Atlântico para selar um protocolo com a Junta da Galiza, defende que a ligação entre Chelas e Barreiro «não é uma travessia para dar qualidade de vida aos cidadãos de Lisboa e de toda a Área Metropolitana, mas mais para aproximar a margem norte do novo aeroporto». – Lusa





No encerramento da Convenção autárquica de S. Miguel (Açores) Ribau Esteves acusa os socialistas de usarem o «mecanismo do subsídio» para se «perpetuarem no poder»



O secretário-geral do PSD, Ribau Esteves, acusou hoje, nos Açores, os socialistas de usarem o mecanismo do subsídio para se perpetuarem no poder, condicionando pelo dinheiro a liberdade dos portugueses.

“Além de subsidiar tudo e todos [o Governo socialista] tenta condicionar, pelo dinheiro, o desempenho da liberdade e cidadania de cada um de nós”, afirmou Ribau Esteves, que falava no encerramento da convenção autárquica, organizada pelo PSD/Açores na ilha de São Miguel.

Para o dirigente nacional social-democrata, é preciso explicar aos portugueses e aos açorianos o “absurdo” que está a acontecer, alegando que o subsídio “não é o futuro de vida para ninguém”.

Segundo disse, o dinheiro que Portugal está a receber da União Europeia (UE) vai acabar em 2013, cabendo por isso a cada localidade do país tornar-se auto-suficiente.

“O subsídio para o cão, gato, vaca, empresa e transporte não pode continuar”, defendeu Ribau Esteves, argumentando que as operações de marketing do Governo socialista apontam para “maré-alta, quando a maré está baixa”, por exemplo, ao nível da Economia.

Num país com poucos recursos, Ribau Esteves defendeu a necessidade de rentabilizar ao máximo a capacidade das pessoas, mobilizando-as para a causa pública e construção de um destino melhor.

Nesse âmbito reafirmou o apoio do partido a nível nacional para o combate que o líder do PSD/Açores, Carlos Costa Neves, vai travar em Outubro.

Ribau Esteves apelou ao diálogo dentro e fora do partido para “dar vida nova a um país, que governando por socialistas não tem futuro”.

Que se passa sobre discriminação entre profissionais que prestam serviço nas VMER? pergunta Miguel Almeida

O deputado Miguel Almeida quer saber o que realmente se passa sobre discriminação entre profissionais que prestam serviço nas VMER e para isso, inquiriu do Governo informações precisas, sob a forma de requerimento apresentado na AR e cujo texto segue:

Todos sabemos que o transporte de emergência médica, designadamente em Viaturas Médicas de Emergência e Reanimação (VMER), comporta elevados riscos de segurança rodoviária em relação aos profissionais de saúde, que aí prestam serviço.

Com efeito, os profissionais de emergência médica efectuam uma actividade que implica normalmente um elevado risco de vida, agravado pelas velocidades praticadas e pelas imprevisíveis condições climáticas em que se desenvolve, além de implicar grandes sacrifícios no que se refere aos períodos de repouso da

normal actividade clínica desses mesmos profissionais.

Sucedem que, recorrentemente, tem sido noticiada a existência de diferenças muito significativas nos honorários que são pagos aos profissionais que garantem o funcionamento da VMER nas várias zonas do país.

Ora, sem prejuízo da autonomia contratual que possa assistir às diversas instituições na gestão da frota de ambulâncias do INEM, e em particular, das VMER, não é aceitável que uns profissionais aufram honorários muito superiores a outros, havendo médicos e enfermeiros de primeira e médicos e enfermeiros de segunda.

Com efeito, existem diferenças muito acentuadas que em alguns casos são superiores a 75%, verificando-se uma profunda injustiça e clara discriminação entre profissionais de saúde, que pode favorecer a sua desmotivação.

Como exemplo desta enorme iniquidade, refiro o caso da VMER da Figueira da Foz. É possivelmente a única VMER, que nunca parou por falta de recursos humanos, e no entanto os seus profissionais são os mais mal pagos de todo o país.

Estranha forma de compensar o mérito e a dedicação!

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Deputado abaixo-assinado vem, através de Vossa Excelência, requerer ao Ministério da Saúde que preste as seguintes informações:

1. Quais são as tabelas de honorários dos profissionais que asseguram o funcionamento das VMER, SIV e outras viaturas de emergência que se encontram ao serviço do SNS?



2. Entende a Senhora Ministra aceitável, que não exista uma uniformização quanto ao pagamento hora dos profissionais de saúde que realizam trabalho nas VMER, verificando-se que para as mesmas funções existem profissionais que ganham menos 75% que os seus colegas de outros pontos do país?

3. Que medidas preconiza a Senhora Ministra para evitar a discriminação entre profissionais que asseguram o funcionamento das ambulâncias VMER, e outras viaturas de emergência que se encontram ao serviço do SNS? - O Deputado, Miguel Almeida

Mendes Bota defende alteração da legislação sobre violência doméstica

O deputado Mendes Bota defendeu a revisão do Código do Processo Penal, por considerar que as mulheres vítimas de violência doméstica estão desprotegidas face a algumas disposições que permitem a libertação de agressores mesmo que apanhados em situações de flagrante delito.

“Em muitas situações, os agressores regressam de imediato a casa, e voltam a agredir as vítimas, podendo chegar a situações extremas de assassinio. É um

buraco na legislação penal, que urge colmatar brevemente” – afirmou o deputado.

Mendes Bota falava em Ponta Delgada, onde o Grupo de Trabalho “Campanha Contra a Violência Doméstica”, da Assembleia da República, e de que é coordenador, organizou a 3ª Conferência Regional inserida na campanha que o parlamento português tem vindo a desenvolver desde Novembro de 2006, e que terminará em Junho próximo.

Mendes Bota afirmou: O que está em causa, neste tipo de situações, são os



artigos 257º e 385º do Código do Processo Penal. Quando existem agressões, mas não há flagrante delito, a detenção dos agressores só é possível com mandato de juiz ou do Ministério Público. Por outro lado, e mesmo em situação de flagrante delito, o arguido só pode ser detido se houver razões poderosas para acreditar que não se apresentará à autoridade judiciária.

Ora, muitas vezes, é o próprio arguido que se apresenta voluntariamente, logo, é libertado. E em muitas situações, os crimes de violência doméstica ocorrem de noite e aos fins-de-semana, fora dos horários de funcionamento dos tribunais, logo, não havendo quem decreta a prisão preventiva, os arguidos têm que ser libertados de imediato.

Na recente revisão do Código do Processo Penal, não foi tido em conta o pressuposto da continuação da actividade criminosa, para justificar o decretar da prisão preventiva, como medida de coacção. E isto é uma situação que coloca em risco as vítimas que são, esmagadoramente, mulheres. Há que corrigir esta situação!” – acrescentou.

De manhã, a delegação parlamentar chefiada por Mendes Bota, visitou em Ponta Delgada o Gabinete de Apoio à Vítima, a Associação Novo Dia e o Lar Filomena da Encarnação, organizações não governamentais cuja actividade deixou uma opinião muito positiva junto dos deputados. – **Gab. Imp. AR**

Hugo Velosa elogia trabalho de Alberto João Jardim na Madeira

Na semana passada, o deputado social-democrata Hugo Velosa elogiou o trabalho de Alberto João Jardim na Madeira, considerando que o que construiu “deve ser motivo de orgulho de todos” e lamentando que muitos ignorem a realidade por razões “meramente políticas”.

“O que se construiu na Madeira deve ser motivo de orgulho de todos os portugueses”, afirmou Hugo Velosa, numa declaração política no plenário da Assembleia da República a propósito da realização no fim-de-semana no congresso do PSD/Madeira.

Atribuindo a responsabilidade do desenvolvimento das ilhas ao presidente do Governo Regional e líder do PSD/Madeira, Alberto João Jardim, Hugo Velosa considerou “lamentável que muitos não queiram aceitar a realidade por razões meramente políticas”.

Na sua intervenção, onde recordou a “humilhante derrota do PS” nas últimas eleições regionais, o deputado do PSD eleito pela Madeira deixou ainda duras críticas ao Governo de maioria socialista e à forma como tem tratado a região autónoma.

“O Governo PS tudo tem feito para prejudicar o Governo Regional”, declarou, sublinhando que as atitudes do executivo de José Sócrates têm como “objectivo claro” inviabilizar o desenvolvimento da Madeira.

“Mas, a Madeira não vai parar”, garantiu, defendendo que na próxima revisão constitucional seja reforçada a autonomia da região.

O deputado do PSD recusou acusações de “populismo” de Alberto João Jardim, partidas da bancada do PS, considerando que o que o líder do Governo Regional tem é “popularidade – o que não deve confundir-se com populismo, como fazem os socialistas!”

“Nunca prometeu nada. Faz, ao contrario do engenheiro Sócrates que promete, promete e nada faz”, salientou.

Sobre os motivos que levaram a que a Assembleia Legislativa da Madeira não tivesse alterado o Estatuto-Político Administrativo da região depois da revisão constitucional de 2004, afirmou que “Quem deve decidir sobre o estatuto político-administrativo é a Assembleia Legislativa da Madeira”, adiantando que esta instituição tem estado a legislar de acordo com a revisão constitucional de 2004.

Quando o BE disse que Jardim quer “destruir o equilíbrio entre a Assembleia Legislativa da Madeira e a Assembleia da República” o deputado social-democrata replicou que “Quem quer destruir o equilíbrio entre a Assembleia Legislativa e a Assembleia da República é o Governo”.

Numa recente deslocação à Madeira, o presidente da Assembleia da República, o socialista Jaime Gama, apontou Alberto João Jardim como “um exemplo supremo na vida democrática do que é um político combativo”, acrescentando ainda que “a Madeira é bem o exemplo, com democracia, com autonomia, com a integração europeia de um vasto e notável progresso no país”.

Governo não deve manter previsões de crescimento económico, que a realidade demonstra serem falsas

O PSD defendeu que o Governo deve rever urgentemente as suas previsões económicas para este ano e para 2009, na sequência da revisão em baixa do crescimento da economia portuguesa pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

O FMI divulgou hoje o seu relatório de previsões económicas mundiais, que corrige em baixa a previsão de crescimento da economia portuguesa para este ano, de 1,8 para 1,3 por cento.

Portugal ficará assim abaixo da média de crescimento da União Europeia, que o FMI prevê que seja de 1,4 por cento este ano.

Em declarações aos jornalistas, na Assembleia da República, o vice-presidente do grupo parlamentar do PSD, Mário Patinha Antão, sublinhou que o Banco de Portugal anunciou que vai igualmente rever em baixa a sua previsão de crescimento da economia portuguesa este ano, de 2,0 por cento.

Patinha Antão criticou o ministro das Finanças, Fernando Teixeira dos Santos, por manter, neste contexto, a previsão do Governo de crescimento da economia portuguesa este ano, que é de 2,2 por cento.

“O PSD interpela o ministro das Finanças para que produza urgentemente uma correcção das previsões económicas do Governo para este ano e para 2009”, declarou.



De acordo com Patinha Antão “o Governo quer ignorar à viva força que vêm aí meses bem mais difíceis, quer insistir numa nota de optimismo que não tem razão de ser” e com essa atitude “é cada vez mais parte do problema e não parte da solução”.

Comparando com 2007, o FMI espera uma melhoria de apenas 0,1 pontos percentuais na taxa de desemprego portuguesa.

Em 2007, Portugal cresceu 1,9 por cento, pelo que o ritmo de crescimento da economia previsto pelo Banco de Portugal para 2008 fica 0,5 pontos percentuais abaixo do ano anterior.

A previsão de crescimento de 1,3 por cento para 2008 do FMI é menos optimista do que a de outras organizações internacionais e do que a do Governo: o Executivo de Sócrates espera que Portugal cresça 2,2 por cento; o Banco de Portugal, a Comissão Europeia e a Organização para a Cooperação e Desenvolvidos Económicos (OCDE) antecipam uma expansão de 2,0 por cento.

“Mentiras, factos que não ocorreram, declarações não produzidas” - Rui Gomes da Silva nega afirmações falsas atribuídas ao Presidente do PSD

A direcção do PSD negou hoje que Luís Filipe Menezes tenha defendido uma autonomia sem limites para a Madeira, acusando a comunicação social de



ter divulgado “mentiras, factos que não ocorreram, declarações não produzidas”.

Em conferência de imprensa, na sede do PSD, o vice-presidente do partido Rui Gomes da Silva disse que a comunicação social divulgou “notícias que, sendo falsas, muitas vezes repetidas passam a ser assumidas como verdadeiras”.

“Vamos continuar a lutar, a combater esta desigualdade de tratamento”, acrescentou.

De acordo com Rui Gomes da Silva, foram atribuídas ao presidente do PSD, Luís Filipe Menezes, e analisadas declarações que este não fez, “como se o PSD defendesse uma autonomia sem limites, uma autonomia total” para a Madeira.

“Essas afirmações, esses comentários, essas análises, essas divagações intelectuais de opinião política não têm qualquer fundo de verdade”, reagiu.

“Aquilo que presidente do PSD disse no congresso do PSD/Madeira foi o que vários líderes do partido têm repetido nos últimos anos, ou seja, que a autonomia tem limitações em relação às funções de soberania”, declarou.

Rui Gomes da Silva referiu que Luís Filipe Menezes “disse expressamente que o PSD defendia a autonomia limitada pelas funções de soberania, ou seja, não transferindo para os órgãos autonómicos as questões que têm a ver com defesa, negócios estrangeiros, segurança interna, direitos, liberdades e garantias”.

“O discurso coerente do PSD é que a autonomia regional deve continuar a ser alargada, mas limitada como vos disse”, resumiu.

Segundo o relato feito agência Lusa do congresso do PSD/Madeira, Menezes declarou que “a autonomia não tem limites, sendo o único limite o manter o espírito forte de portuguesismo, políticas externa, defesa, segurança e justiça, com mais participação dos governos regionais legitimamente eleitos, factores de unidade nacional. Daí para baixo deve depender exclusivamente da vontade e imaginação dos madeirenses e açorianos”.

Rui Gomes da Silva observou que “o que preocupará algumas pessoas é a coincidência de pontos de vista entre o PSD nacional e o PSD da Madeira”.

“Essa coincidência honra-nos”, salientou.

Por outro lado, o dirigente social-democrata contestou que a defesa de uma nova Constituição, reiterada por Luís Filipe Menezes na Madeira, seja comentada “como se fosse uma ideia nova e nunca debatida”.

Rui Gomes da Silva lembrou que esse foi um dos pontos da moção de estratégia do presidente do PSD, destacado “no discurso de encerramento” que Menezes fez no congresso do PSD de Outubro do ano passado.

PSD congratula com a revisão do Regulamento das Custas Processuais de adopção

O PSD congratulou-se com a anunciada revisão do Regulamento das Custas Processuais relativamente aos processos de adopção, mas criticou os “avanços e recuos” do Governo em relação a esta matéria.

Em declarações à agência Lusa, o deputado do PSD Luís Campos Ferreira considerou que “o Governo fez um acto de contrição, que é saudável”, mas ao mesmo tempo “muito preocupante”.

O Ministério da Justiça anunciou no domingo que vai rever o regulamento que aprovou em Fevereiro e que estabelecia um pagamento de 576 euros nos processos de adopção a partir de Setembro, acabando com a actual isenção de custas.

Segundo Luís Campos Ferreira, o Governo decidiu “pressionado pela oposição e perante a evidência de o PSD ir apresentar um projecto de lei sobre a matéria” para anular a cobrança de 576 euros de custas judiciais nos processos de adopção.

De acordo com o deputado do PSD, a decisão, sendo boa, “é muito

preocupante” porque expõe uma atitude do Governo “de fazer e desfazer anúncios, de avanços e recuos”.

“Mesmo em áreas sociais como a adopção, o Governo toma decisões de uma forma preocupante, em cima do joelho, buscando apenas obter o maior número possível de receitas para o Estado, sem pensar nas consequências e até sem pensar na justiça”, sustentou.

“Sobre custas judiciais relativas à adopção não houve nenhum pedido de autorização legislativa do Governo”, lembrou o deputado do PSD.

Luis Campos Ferreira adiantou que o PSD vai apresentar o seu projecto de lei sobre adopção, apesar da revisão do Regulamento das Custas Processuais anunciada pelo Governo.

Parlamento discute a 2 de Maio diploma PSD que propõe que horários do comércio e serviços sejam definidos pelas autarquias

O projecto de lei do PSD que propõe que a definição dos horários do comércio passe a ser uma competência municipal vai ser discutido a 2 de Maio no Parlamento, decidiu hoje a conferência de líderes.

O projecto, apresentado há duas semanas pelo líder do PSD, Luís Filipe Menezes, estabelece que “cabe aos municípios, através dos seus órgãos competentes, regulamentar a definição dos períodos de abertura ao público dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços, podendo restringir ou alargar os limites fixados”.

A proposta do PSD é há muito defendida pelos autarcas.

“A definição dos horários do comércio aos domingos e feriados deve ser uma decisão tomada ao nível local”, disse hoje à agência Lusa o presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), Fernando Ruas.

“Defendemos isso há muito tempo, se o PSD tem essa iniciativa, melhor”, considerou.

O projecto de lei do PSD - apresentado há duas semanas pelo líder do partido, Luís Filipe Menezes, e hoje agendado para o próximo dia 02 - estabelece que “cabe aos municípios, através dos seus órgãos competentes, regulamentar a definição dos períodos de abertura dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços, podendo restringir ou alargar os limites fixados”.

As restrições dos limites horários fixados, “apenas poderão ocorrer em casos devidamente justificados e que se prendam com razões de segurança ou de protecção da qualidade de vida dos cidadãos”.

Os municípios poderão, contudo, “restringir a abertura das grandes superfícies comerciais (...) aos domingos e feriados, entre os meses de Janeiro a Outubro, caso em que as mesmas só poderão abrir entre as 08:00 e as 13:00 dos meses para o efeito definidos por cada município”, lê-se no diploma.

De acordo com o projecto de lei do PSD, os municípios decidem depois de ouvidas as associações locais representativas dos comerciantes, prestadores de serviços, trabalhadores e consumidores.

Agendamento de debates quinzenais com o Primeiro-ministro

Segundo a porta-voz da conferência de líderes, a deputada socialista Celeste Correia, a conferência de líderes decidiu ainda o agendamento do debate quinzenal com o primeiro-ministro para 30 de Abril, que será aberto pelo PCP.

De acordo com o novo regimento da Assembleia da República, o primeiro debate quinzenal do mês é aberto pelo primeiro-ministro e o segundo começa com perguntas de um grupo parlamentar, do maior para o mais pequeno, cabendo agora ao PCP a abertura do debate.

Para 24 de Abril ficou marcado o debate de urgência requerido pelo PSD sobre “Evolução da política orçamental e orientação da política fiscal”, que inicialmente estava agendado para esta quarta-feira.

No dia seguinte, às 10:00, terá início a habitual sessão solene do 25 de Abril, com intervenções do Presidente da República, do Presidente da Assembleia da República e de todos os grupos parlamentares.





Deputado Hugo Velosa

Intervenção a propósito do XII Congresso do PSD/Madeira

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O PPD/PSD-Madeira, o Partido da Autonomia, realizou o seu XII Congresso no passado fim-de-semana. Foi o Congresso do futuro, mas de um futuro que não esquece o passado de vitórias em todos os actos eleitorais que se realizaram após a autonomia constitucional, um passado de que muito se orgulha o PPD/PSD.

A primeira vitória foi o corte com a situação anterior à autonomia em que a Madeira era das regiões mais atrasadas de Portugal, sem esperança, direi mesmo oprimida e esquecida.

Aquilo que se construiu na Madeira deve ser motivo de orgulho para todos os portugueses: o desenvolvimento e o bem-estar que se conseguiram são evidentes, a todos os níveis, sejam quais forem os índices ou indicadores, em comparação com o todo nacional e mesmo com países ou regiões da União Europeia. Foi atingido e vai ser aumentado um PIB per capita invejável, tendo em atenção o ponto de partida de miséria que se vivia antes da autonomia.

(...)

É bom que se diga que a responsabilidade do desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira se deve ao trabalho dos madeirenses e daquele que tem sido o líder e Presidente do Governo Regional, o Dr. Alberto João Jardim.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Ao longo dos anos de autonomia, o PPD/PSD tem sido solidário com as pretensões da Região. Pelo contrário, em todos os momentos e decisões que tornaram a Madeira naquilo que é hoje, o Partido Socialista e o Partido Socialista da Madeira sempre estiveram contra.

Felizmente, muitos portugueses, sejam do continente ou dos Açores, numa atitude de autenticidade, constataam e elogiam o que se fez na Madeira nestes 30 anos.

É lamentável que muitos não queiram, por razões meramente políticas, aceitar esta realidade.



Mas não são só esses! Muitos mais certamente poderiam conhecer a realidade da Madeira se não fossem os entraves que têm sido postos em termos de transporte aéreo. Na verdade, os aumentos sucessivos dos preços das viagens impedem que muitos portugueses visitem a Madeira e observem, no local, a obra ímpar que tem sido realizada.

(...)

Este Congresso surge após a humilhante derrota do Partido Socialista nas últimas eleições regionais. Os portugueses da Madeira sabem bem quem está do seu lado, quem apoia o seu desenvolvimento e bem-estar e, sobretudo, não esquecem quem quer pôr em causa o seu futuro.

O Governo do Partido Socialista tudo tem feito para prejudicar o Governo Regional e os órgãos de governo próprio da Região Autónoma da Madeira,...

(...)

... confundindo as relações que deveriam existir entre governos com a mera política partidária. O objectivo claro é o de inviabilizar esse desenvolvimento.

Os exemplos de boicote são múltiplos e atingem sobretudo a área financeira, através de uma Lei das Finanças Regionais que o PS aprovou nesta Assembleia: esqueceu e esquece que, ao fazê-lo, prejudicou todos os madeirenses e os seus direitos constitucionais resultantes da autonomia!

Mas enganam-se! A Madeira não vai parar: o PSD-Madeira vai assegurar o cumprimento do Programa do Governo até 2011. O progresso vai continuar!

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Aproximam-se «batalhas» importantes, a começar pelas eleições regionais nos Açores. E, em 2009, o PSD-Madeira vai certamente contribuir para a mudança de que Portugal precisa.

(...)

No Congresso foi aprovada uma moção no sentido de promover uma revisão constitucional de reforço da autonomia. Assim, deverão ser alargados os poderes legislativos e os poderes próprios da Região. Nunca estarão em causa matérias como os negócios estrangeiros, a defesa e a justiça e vigorará sempre o limite da unidade nacional.

Esta é a mensagem que o PSD-Madeira deixa a esta Assembleia, e sabemos que o PPD/PSD é solidário com os objectivos aprovados no Congresso.

Os madeirenses, através do PSD-Madeira, apostam em mais desenvolvimento e vão lutar, também, por um novo estatuto político-administrativo que corresponda à sua vontade, à vontade das suas populações!

Há respostas para os desafios do futuro. Em relação à Madeira, o futuro passa, claramente, pelo PSD-Madeira, com o apoio do PPD/PSD, por mais autonomia, pela continuação do desenvolvimento da região, para o bem de Portugal!

Intervenção do Deputado Arménio Santos na interpelação do BE ao Governo sobre precariedade laboral e social



Sr. Presidente, Sr. Ministro, julgo que as questões da precariedade do emprego são muito sérias e não deixo de ficar ainda mais preocupado quando assisto à intervenção do Sr. Ministro, proferida com um estado de absoluta auto-satisfação e de resignação perante esse quadro que se vive na economia e nas relações laborais.

O Sr. Ministro sabe que, no ano passado, mais de 50 000 empresas fecharam, o que significa mais desemprego; o Sr. Ministro sabe que os contratos sem termo, no ano passado, desceram 2,4% e que, em contrapartida, os contratos a termo cresceram 8%, afectando cerca de 700 000 pessoas; e o Sr. Ministro também sabe que os «recibos verdes» falsos atingem uma dimensão escandalosa, sendo o Estado um dos primeiros a abusar desse tipo de relação laboral.

Esta escalada do desemprego e da precarização das relações laborais não tem tido, infelizmente, qualquer benefício para o crescimento da nossa economia. O desemprego e a precarização têm apenas uma consequência: aumentar a pobreza, pobreza que afecta os grupos mais fragilizados — idosos e desempregados —, mas também pessoas com emprego. De facto, das pessoas que estão em risco de pobreza, 35% têm emprego e, destas, 16% são trabalhadores dependentes e 19% trabalhadores independentes.

Estes, sim, são os problemas concretos que afligem as famílias portuguesas e é sobre estes problemas que as pessoas vivem no dia-a-dia que gostava de ouvir o Governo e conhecer as respostas concretas que tem para ajudar a resolver estas mesmas dificuldades de muitos milhares de famílias portuguesas.



Intervenções do líder parlamentar do PSD Pedro Santana Lopes no último debate quinzenal com o chefe do Governo

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, no que respeita a algumas considerações que fez e que repetiu em anteriores debates, vamos dar por adquirido que o Sr. Primeiro-Ministro é «o melhor»,...

... que no passado nada acontecia ou que estava tudo errado, portanto que «antes de si foi o dilúvio»... Vamos dar isso por adquirido.

Por isso, passo agora à matéria que está em causa.

O Sr. Primeiro-Ministro referiu-se a matérias várias, nomeadamente às energias renováveis, e disse que antes do seu Governo a situação estava bloqueada, estava absolutamente indefinida.

Só como intróito, gostaria de perguntar-lhe se tem presente quando foram fixadas as tarifas para as energias renováveis e quem teve a coragem de o fazer — tarifas ainda hoje utilizadas. E, além do mais, se tem noção, relativamente aos parques eólicos já instalados, de quantos é que correspondem a decisões do governo anterior e de quantos é que correspondem a decisões deste Governo. Só como intróito, Sr. Primeiro-Ministro...!

(...)

Sr. Primeiro-Ministro, ficou claro da sua ausência de resposta que o que o Sr. Primeiro-Ministro diz, nomeadamente quanto à falta de posições da nossa parte e dos governos que integrámos, não corresponde à realidade.

(...)

Como lhe disse, tomámos essas decisões. Deixámos pronta a Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável, que aprovou dois anos depois num grupo de trabalho liderado pela Dr.ª Isabel Mota.

Não negamos as decisões tomadas por este Governo; não tomamos o mérito do caminho continuado nessa matéria.

Em termos estratégicos, gostava que o Sr. Primeiro-Ministro dissesse, em relação às opções já formuladas, quais são as alterações de que fala.

O Sr. Primeiro-Ministro já fez muitos anúncios neste Parlamento... Não sei se leu, nas fichas que lhe deram, o seu discurso de Janeiro de 2007, em que dizia, por exemplo, que a incorporação de biocombustíveis nos combustíveis fósseis gastos nos transportes vai passar para 10% em 2010, antecipando a meta de 2020 para 2010.

(...)

Ontem mesmo, o Conselho Científico da Agência Europeia para o Ambiente reviu a sua projecção para 2020, e considerou-a irrealista. O Sr. Primeiro-Ministro não falou disso aqui! Ou seja, não tem a humildade de rever os próprios anúncios que faz, em matéria de política ambiental, de redução de



emissões;...

... não tem a coragem de chegar ao Parlamento e dizer que já não pode cumprir aquilo que anunciou!

(...)

Sr. Primeiro-Ministro, devo dizer que considero muito salutar o debate de políticas, nomeadamente sobre política energética, ou qualquer debate que seja feito com base na verdade.

O Sr. Primeiro-Ministro veio dizer que não havia objectivos, mas qualquer pessoa que conheça este sector, estes dossiers, esta matéria sabe que isso é falso. Basta perguntar às associações do sector!

O Sr. Primeiro-Ministro não reconhece — já lha li aqui — a revisão de objectivos do conselho científico da Agência Europeia para o Ambiente e continua a dizer que aposta na meta de incorporação de biocombustíveis nos combustíveis fósseis 10% até 2010. E eu pergunto-lhe: em que fase estamos hoje? Em que meta: 3%? 2%? 4%? Continua a acreditar que, daqui até 2010, em um ano e meio, vamos chegar aos 10%?!

Todos os outros países dizem que essa meta é impossível, mas o senhor diz que Portugal — que nem aos 5% chegou — vai chegar aos 10% daqui a um ano e meio! Gostava de o ouvir falar sobre isto.

Sabe o que custa à bancada do PSD? É não o ouvir responder às perguntas: vem aqui e nunca diz nada!

(...)

Sr. Primeiro-Ministro, tal como gosta de dizer às vezes, «essa intervenção não lhe ficou bem», não está ao nível de um Primeiro-Ministro, nomeadamente no tom e nas maneiras. Mas, enfim...

Se o Sr. Primeiro-Ministro disser, como nós somos capazes de dizer, que se continuou bem o caminho nesta matéria... Porque nós dizemos que o

caminho que o País está a seguir é acertado!

(...)Está a ver: os Srs. Deputados do PS estranham este discurso político!

Sr. Primeiro-Ministro, acabei de lhe recordar que fomos nós que decidimos as tarifas para as renováveis. O Sr. Primeiro-Ministro atingiu a meta dos 40% em relação às renováveis.

Em relação aos biocombustíveis, estamos entendidos. O Sr. Primeiro-Ministro não respondeu!

Gostava de o ouvir falar sobre matéria de redução de emissões de carbono, sobre as metas que estabeleceu, e perguntar-lhe qual é o ponto de situação do Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC).

O Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética fomos os últimos a apresentá-lo em Bruxelas, o que aconteceu há um mês e tal...

Portanto, é o que lhe digo.

Quantos contratos de licença de emissão de carbono já conseguiu? Gostava de ouvir o Sr. Primeiro-Ministro falar sobre esta matéria tão importante para Portugal, para a Europa e para o Mundo.

(...)

Sr. Primeiro-Ministro, sobre biocombustíveis e a meta dos 10% nada disse. Disse que mantém a meta, mesmo «contra todos os ventos e marés» e «contra todas as fontes de energia» da Europa e do Mundo. Aqui continua só, «orgulhosamente só» a estabelecer uma meta absolutamente irrealista!

Sobre a redução de emissões de carbono, nada disse. Estamos a emitir mais 10 MW do que devíamos ou, melhor, oito e tal, mas o Sr. Primeiro-Ministro sobre isso nada diz. E sobre as licenças de emissão de carbono também nada diz.

Fique a saber uma coisa: eu falo destas matérias todas, pelo menos, em pé de igualdade consigo. Agora, quem tem de apresentar propostas neste debate ou nestas situações é o Sr. Primeiro-Ministro,...

... porque nós apresentá-las-emos quando entendermos.

E, já agora, Sr. Primeiro-Ministro, o que, nestes anos, mudou em relação ao então ministro do Ambiente, que eu conheci quando era Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz, que dizia que seguia sempre o parecer dos serviços em matéria de alterações à Rede Natura e de desafectações da REN, foram as convicções do então ministro do Ambiente para o actual Primeiro-Ministro.

É o Governo que mais desafecta da

REN e que mais desafecta da Rede Natura. Eu pergunto: como é que o Sr. Primeiro-Ministro se sente? Estes empreendimentos — Costa Terra, Pinheirinho e Comporta — estão em PDM... Pois estão! Mas também o dessa altura! Representam até 2% da Rede Natura 2000. Pois representavam! O dessa altura representava 0,48%! Por que é que o Sr. Primeiro-Ministro chumba uns e autoriza outros?!

Até se chega ao ponto de dizer que não fica impressionado com uma decisão do tribunal de uma providência cautelar que impediu esse projecto «Costa Terra» porque está confiante de que é um excelente projecto — três campos de golfe!... Mas na região centro nenhum, apenas de nove buracos. O que é que mudou? Foi de ministro para Primeiro-Ministro? Foi a pessoa de José Sócrates? O que é que mudou? Está para breve o anúncio?!

(...)

Sr. Primeiro-Ministro, sem dúvida que as emissões de carbono se medem em toneladas. Mas sabe porque é que uma pessoa às vezes as troca? Porque não as encontra nas reduções conseguidas pelo seu Governo.

É esse o ponto, Sr. Primeiro-Ministro!

Falei-lhe da redução de 84 para 78. O senhor está em défice, e eu gostava de saber o que é que tem a dizer ao Parlamento para materializar o sucesso da tal política ambiental.

O senhor não responde à questão do biocombustível, à questão da redução das emissões e à questão de se seguir as posições dos organismos em relação a esses projectos. Então, gostava de lhe falar apenas no seguinte: como é que o ex-Ministro do Ambiente José Sócrates diz que se pode fazer a travessia rodoviária na ponte de Chelas-Barreiro contra a posição do Presidente da CCDR de Lisboa e Vale do Tejo?

Em matéria de política de ordenamento, seria natural que qualquer travessia se pudesse inserir, desde já, nos planos em vigor, mas isso não acontece agora. O Sr. Primeiro-Ministro tem o Presidente da comissão de coordenação regional competente que é contra, só defende a valência ferroviária. Mudou. Por ser Primeiro-Ministro, acha que já pode ir contra as posições dos serviços todos?

Sr. Primeiro-Ministro, em matéria ambiental, fez mais uns anúncios de intenções e de resultados, que já conhecíamos, mas as perguntas que lhe fizemos ficaram, mais uma vez, sem resposta.

Sabe porque é que o senhor fala cada vez mais do passado? É porque cada vez menos tem futuro. Eu estou de regresso; o senhor está de partida. É apenas isto.

Sérgio Marques alerta MNE e acusa Holanda de discriminação relativamente à Madeira



No início de Março, em carta dirigida ao Ministro dos Negócios Estrangeiros Luís Amado, o Deputado do PSD ao Parlamento Europeu Sérgio Marques denunciava que o Governo holandês iria implementar a partir do próximo mês de Julho uma nova taxa ambiental a aplicar a todos os viajantes que embarquem nos aeroportos do país, taxa esta que poderá prejudicar seriamente as Regiões Ultraperiféricas (RUP's). Esta “Taxa CO2” a cobrar pelas autoridades holandesas afecta o turismo da Região Autónoma da Madeira.

Sérgio Marques contesta também o facto de nos voos para todos os restantes aeroportos da União Europeia, nestes incluídos os aeroportos situados em Regiões turísticas concorrentes com as RUP's a taxa a aplicar ser a taxa reduzida de 11,25€ enquanto a aplicada para a Madeira (apesar do estatuto de RUP) ser de 42€, a taxa máxima prevista para distâncias mais longas. Trata-se segundo o Deputado madeirense de uma “inadmissível prática discriminatória e uma inaceitável distorção da concorrência.”

Em resposta a Sérgio Marques o MNE português Luís Amado garantiu que as autoridades portuguesas iniciaram já um conjunto de “diligências junto do Governo de Haia e da Comissão Europeia manifestando o desagrado das autoridades portuguesas pela aprovação da legislação em causa”.

Também segundo Luís Amado, tal como Portugal, as autoridades espanholas estão já a pressionar a Holanda e através da Representação Portuguesa junto da UE (REPER) terá já sido pedido ao Vice-Presidente da Comissão Europeia Jacques Barrot (Transportes), aos Comissários László Kovács (Assuntos Fiscais e União Aduaneira) e Charlie McCreevy (Mercado Interno e Serviços) que, urgentemente, a Comissão Europeia proceda ao escrutínio da conformidade desta legislação holandesa com as normas comunitárias em vigor.

Enquadramento da notícia

De acordo com o que foi dado a conhecer será estabelecida uma taxa de:



- 11,25€ a aplicar a cada passageiro com destino a aeroportos situados na União Europeia com excepção dos aeroportos das RUP's, bem como a todos os aeroportos não situados na União Europeia que não distem mais de 2500 km do aeroporto holandês de partida.

- 45€ a aplicar a cada passageiro em todas os restantes casos, nestes incluídos os aeroportos situados nas RUP's. Ou seja, os aeroportos das RUP's serão os únicos da União Europeia não sujeitos à taxa reduzida, beneficiando mesmo de um regime menos favorável do que aeroportos não comunitários que não distem mais de 2500 km do território holandês.

Segundo Sérgio Marques, a aplicação desta taxa, que já é conhecida como a ‘Taxa CO2’ (eco-taxa), parece “ignorar o processo legislativo comunitário em curso que visa incluir a actividade do transporte aéreo no Esquema de Comércio de Emissões de CO2 em vigor na União Europeia.” Situação que é igualmente preocupante já que irá agravar o custo do transporte aéreo o que é particularmente sensível para Regiões que como a Madeira estão exclusivamente dependentes deste modo de transporte e também muito particularmente da actividade turística.

Sérgio Marques considera a decisão das autoridades holandesas como “não compreensível, e incompatível com o direito comunitário”, tendo por isso pedido ao MNE português para interceder junto das autoridades holandesas designadamente junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros Holandês, alertando para o enquadramento jurídico comunitário e para a realidade ultraperiférica da Região Autónoma da Madeira, sobejamente conhecida e reconhecida pelos Estados-membros da União Europeia, apelando para que esta Região seja isenta da aplicação daquela taxa, ou no máximo sujeita à taxa menor de 12€, com fundamento nas suas características ultraperiféricas enunciadas no artigo 299/2 do Tratado da Comunidade Europeia.

Esta decisão das autoridades holandesas tem sido contestada pelos operadores, pelos turistas e pela própria Associação Europeia de Companhias Aéreas – a taxa é considerada excessiva e desproporcionada e parece não ter em conta a redução de emissões de CO2 que resultará da inclusão próxima do transporte aéreo no referido Esquema de Comércio de Emissões de CO2, bem como o princípio poluidor-pagador que lhe é inerente.

Por outro lado, os operadores turísticos que trabalham com a Região Autónoma da Madeira, reconhecida juridicamente no Direito Primário da União Europeia como uma das suas Regiões Ultraperiféricas, contestam não só esta taxa, mas também o facto de nos voos para todos os restantes aeroportos da União Europeia, nestes incluídos os aeroportos situados em Regiões turísticas concorrentes com as RUP's a taxa a aplicar ser a taxa reduzida de 11,25€. Trata-se duma inadmissível prática discriminatória e uma inaceitável distorção da concorrência. – **Do nosso Correspondente**

João de Deus Pinheiro

Parlamento Europeu aprova resolução sobre o Tibete



O Parlamento Europeu aprovou por esmagadora maioria uma Resolução sobre o Tibete cujo primeiro subscritor foi o Deputado europeu do PSD João de Deus Pinheiro, Vice-Presidente do Partido Popular Europeu.

Nesta resolução o Parlamento Europeu solicita à Presidência em exercício da UE que envie esforços para encontrar uma posição comum da UE no que se refere à participação dos Chefes de Estado e de Governo e do Alto Representante da UE na cerimónia de abertura dos Jogos Olímpicos, prevenindo a possibilidade de estes não participarem no caso de não ser reatado o diálogo entre as autoridades chinesas e Sua Santidade o Dalai Lama.

João de Deus Pinheiro considera fundamental que as instituições europeias tenham “uma posição comum em relação à participação dos líderes nas cerimónias de abertura dos Jogos Olímpicos, não colocando em causa a participação desportiva dos atletas que durante anos se preparam para este evento”. Na sua opinião deve ser mantida alguma “pressão política sobre as autoridades chinesas no sentido de as levar ao diálogo com o Dalai Lama, a terminar com as repressões sobre manifestações e a permitir a liberdade de expressão a todos sem excepção”.

Se a China não cumprir estas premissas, João de Deus Pinheiro admite a hipótese de nenhum dos Presidentes das três instituições europeias vir a estar presente nas cerimónias de abertura dos Jogos. - **Do nosso Correspondente**

Silva Peneda destaca apoio de 2,5 milhões de euros do Fundo de Ajustamento à Globalização aos trabalhadores portugueses

O Deputado europeu do PSD, José Silva Peneda manifestou o seu apoio à aprovação pelo Parlamento Europeu, de uma verba de 2,5 milhões de euros do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização para apoiar os trabalhadores desempregados com encerramento em Portugal das fábricas da Opel, da Johnson e da Alcoa Fujikara.

Silva Peneda lembrou a intervenção que fez em 2006 no Plenário do Parlamento Europeu, quando da aprovação deste fundo, pois “aquela decisão tinha uma leitura política: pela primeira vez, as três instituições europeias, Conselho, Comissão e Parlamento reconheciam os aspectos negativos no processo de globalização, pelo que os trabalhadores, vítimas do encerramento de fábricas, por causa da globalização, deviam ser financeiramente apoiados.”

Para Silva Peneda “esta era uma forma da União Europeia mostrar a sua presença no terreno perante aqueles que sofrem com despedimentos resultantes do encerramento de empresas, como aconteceu, em Portugal, na Opel, na Johnson e na Alcoa Fujikara.”

Na opinião do Deputado, “são, na maioria das vezes, situações dramáticas e, por isso, a decisão do Parlamento Europeu de pôr à disposição desses trabalhadores cerca de 2,5 Milhões de Euros pode contribuir para minorar as angústias que estão a viver.”

Quando as pessoas estão intranquilas e receosas é difícil aceitar a mudança. Para Silva Peneda “estas verbas hoje decididas e destinadas a estes trabalhadores portugueses não são a solução milagrosa, mas são, seguramente, uma forma de ajudar esses trabalhadores a ter mais confiança em si próprios para, com este apoio da União Europeia, encontrar razões para voltar a sorrir.” - **Do nosso Correspondente**



Carlos Coelho aplaude criação de Rede Europeia de Migrações



O Parlamento Europeu aprovou um Relatório relativo à criação de uma “Rede Europeia de Migrações” que contou com o apoio do Deputado europeu do PSD Carlos Coelho que lembrou que desde a entrada em vigor do Tratado de Amesterdão, “assistimos a um constante desenvolvimento das políticas europeias comuns em matéria de migração e asilo.”

Neste contexto é, na opinião de Carlos Coelho, fundamental “podermos contar com informações e dados comparáveis, fiáveis e objectivos, a nível nacional e europeu que permitam conhecer melhor os fenómenos migratórios, analisar o fenómeno e elaborar políticas ou tomar decisões com mais informações.”

Porém, os dados existentes encontram-se dispersos e em muitos casos não são “fiáveis, comparáveis ou mesmo actualizados.”

No Conselho Europeu de Salónica foi aprovada a criação de uma Rede Europeia das Migrações que começou a funcionar como um projecto-piloto e depois como uma acção preparatória.

Carlos Coelho destaca também que esta proposta pretende “consolidar a estrutura existente, dando-lhe um carácter permanente e atribuindo-lhe uma base jurídica adequada com a definição dos seus objectivos, funções, estrutura e modalidades de financiamento.”

A terminar Carlos Coelho realçou também a “inclusão do asilo na denominação da Rede e a extensão do seu mandato, mas sobretudo o facto de não ser aceitável a proposta do Conselho que pretende atribuir ao PE apenas um papel de observador, sem direito de voto.” - **Gab. Imp. PSD-Bruxelas**

Mais Impostos, menos Investimento...

Álvaro Santos (*)

Na reunião de Câmara de Ovar no dia 10 de Abril, foi analisado o Relatório de Gestão e Contas da Câmara Municipal de Ovar referentes ao ano de 2007, que receberam o voto contra dos Vereadores do PSD, com os seguintes fundamentos:

O Relatório de Gestão e as Contas da Câmara Municipal confirmam as piores expectativas dos autarcas sociais-democratas, que, recorde-se, já tinham votado contra o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2007. Nessa altura, os Vereadores do PSD afirmaram que a proposta socialista de Orçamento para 2007, assentava, mais uma vez, num "cenário completamente irrealista, sem possibilidade alguma de ser concretizado". Assim o prevíamos, assim se concretizou. De facto, como agora se comprova, o orçamento real da autarquia é de aproximadamente 24 milhões de euros e não de 42 milhões, como foi erradamente apresentado com base nos mesmos pressupostos ilusórios a que a gestão socialista insiste em recorrer, ano após ano.

Entre os dados mais relevantes constatados pelos Vereadores do PSD, verifica-se que a execução orçamental apresenta, uma vez mais, taxas de realização muito aquém do previsto, designadamente, 64% do lado das receitas e 54% do lado das despesas. Salienta-se a baixíssima taxa de realização de 25% nas receitas de capital e de 32% nas despesas de capital.

Em matéria de despesas de capital, que traduzem o Investimento realizado pela autarquia em obras municipais, realce-se que os resultados do ano 2007 representam o valor mais baixo dos últimos três anos! Este cenário é tanto mais grave se considerarmos que, em 2007, houve um aumento das receitas dos Impostos Directos (mais 1,4 Milhões de Euros) e 61% das receitas de Taxas, Multas e outras Penalidades (mais 400 mil euros), relativamente ao ano anterior. Houve também um aumento significativo de 6% do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e de 54% do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), representando um acréscimo de receita de 1,4 milhões de euros. Ou seja, ao mesmo tempo que aumentam os impostos e os sacrifícios dos municípios, diminui o investimento que deveria contribuir para o desenvolvimento do Concelho. Este dado, só por si, já diz muito sobre a falta de eficiência da gestão socialista na Câmara Municipal de Ovar.

Em termos de endividamento, regista-se como um dospoucos pontos positivos, a diminuição do Passivo de 27 para 23 Milhões de Euros. Contudo, não devemos "embandeirar em arco" porque o seu valor (23.632.284,19 €) continua a situar-

se em níveis preocupantes. E, sobretudo, não nos devemos esquecer que a diminuição do passivo não está directamente relacionada com nenhuma mudança profunda e estrutural da autarquia, mas, tão somente, com expedientes de ocultação e desorçamentação de despesas já assumidas, como por exemplo: a expropriação de terrenos para as Passagens Desniveladas do Caminho-de-Ferro e para o futuro Centro Educativo dos Combatentes; as dívidas aos Serviços Sociais dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Ovar referentes a despesas de saúde; o aumento desenfreado dos impostos aos jovens (casados ou não) que compram habitação, por via do Imposto Municipal sobre Imóveis, ao contrário do que o PSD recomendou e defendeu; a não realização de investimentos previstos para as áreas da Educação, Protecção Civil, Saúde e Inovação, sendo que, nestas duas últimas áreas, o investimento da autarquia no ano passado foi ZERO!

Por último, os Vereadores do PSD lamentam que, relativamente às Grandes Opções do Plano de 2007, se tenha verificado uma baixíssima taxa de execução financeira (45,5% daquilo que estava inicialmente previsto). Dos 30 milhões de euros previstos no Orçamento, apenas foram investidos 13,7 milhões de euros, o que traduz bem a dificuldade em realizar investimento face à reduzida disponibilidade financeira da Câmara Municipal de Ovar. Por isso, é de lamentar profundamente que estivessem previstos investimentos para os Centros Educativos, para o Centro de Ciência Viva, para a Saúde, para os Serviços Municipais de Protecção Civil e para a Inovação e Desenvolvimento do Concelho, quando, por fim, nem sequer um cêntimo foi aplicado nestas áreas.

Em conclusão, a Conta de Gerência de 2007 só vem confirmar a trajetória falhada que tem sido seguida pela maioria socialista que lidera a Câmara Municipal de Ovar: apesar do aumento da receita dos impostos, a despesa corrente continua a crescer e o investimento continua a diminuir, atingindo os níveis mais baixos e vergonhosos dos últimos três anos. (*) – (*) *Engenheiro Civil, Mestre em Planeamento do Território, Presidente da CPS/PSD-Ovar*



Local

Notícias da Madeira

Visita oficial do Presidente da República à Região

O Presidente da República, Cavaco Silva, iniciou na segunda-feira a sua primeira visita oficial à Região Autónoma da Madeira, na qualidade de Chefe do Estado, cumprindo um vasto programa que inclui as comemorações dos 500 anos da cidade do Funchal.

A Casa Civil da Presidência da República concordou em marcar audiências com as representações partidárias que o solicitaram (PS, CDS, MPT e PCP), encontros que aconteceram hoje.

Cavaco Silva fica na Madeira até 20 de Abril e vai percorrer todos os concelhos do arquipélago, dedicando um dia inteiro às comemorações do Dia da Cidade do Funchal, que assinala este ano o 500º aniversário da sua elevação, e outro à ilha do Porto Santo.

O Presidente da República chegou a meio da tarde de segunda-feira e

compareceu num jantar oferecido em sua honra pelo presidente do parlamento madeirense, Miguel Mendonça, que contou com a presença de todos os deputados da Assembleia Legislativa da Madeira, exceptuando o representante do Bloco de Esquerda, que declinou o convite.

O Funchal antecipou os festejos do Dia da Cidade (21 de Agosto) para terça-feira, por forma a coincidir com a agenda de Cavaco Silva, que marcou presença na sessão solene nos Paços do Concelho, na inauguração de exposições, no lançamento de uma emissão nacional de selos e visita alguns edifícios históricos da capital

madeirense.

Nesta visita oficial Cavaco Silva passará pela Quinta Vigia (presidência

do Governo Regional), Universidade da Madeira, Museu de Arte Sacra e Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos da Meia Serra, bem como pelo Ribeiro Frio, para observar a exposição sobre a Floresta Laurissilva da Madeira.

O Parque Temático (Santana), o Centro de Ciência Viva (Porto Moniz), o Centro de Vulcanismo (São Vicente), o Centro Cultural John dos Passos (Ponta do Sol), o Centro das Artes - Casa das Mudanças (Calheta), a Zona Franca Industrial da Madeira (Caniçal) são algumas das estruturas que serão também visitadas por Cavaco Silva durante a semana.

Sexta-feira, o



Presidente da República desloca-se ao Porto Santo, onde visita o campo de golfe da ilha, assiste a uma apresentação da nova unidade hoteleira, o Colombo's Resort e inaugura o Hotel Pestana Palace.

Em Março de 1998, a Madeira recebeu o então Presidente da República, Jorge Sampaio, uma visita oficial que ficou marcada por contactos directos com as populações e uma visita às Ilhas Selvagens.

A ilha da Madeira foi descoberta em 1419 e a sua capital, Funchal, foi a primeira a ser instituída nos vastos domínios dos Descobrimentos Portugueses.

Para assinalar a efeméride, o executivo madeirense e a câmara municipal do Funchal elaboraram um programa comemorativo com mais de 120 iniciativas, incluindo lançamentos de dezenas de livros, espectáculos, exposições, congressos, conferências, competições desportivas, provas náuticas, que dá atenção especial ao património monumental, museológico e natural.

O programa da visita oficial inclui várias iniciativas dedicadas ao património cultural do arquipélago.

No âmbito das comemorações dos 500 anos da elevação da capital madeirense a cidade, Cavaco Silva visitou terça-feira, logo após a sessão solene nos Paços do Concelho, a igreja do Colégio dos Jesuítas ou de São João Evangelista do Colégio do Funchal, que é considerado um dos mais belos templos portugueses da sua época.

Dispõe de um conjunto de retábulos de talha maneirista e nacional nas capelas revestidas por azulejos, pintura e imaginária, tidos como um dos melhores exemplares de arte sacra da época de seiscentos.

Cavaco Silva passou também pela Forte de São Tiago, uma fortaleza cuja construção começou em 1614 devido à necessidade de defender a baía do Funchal após o saque dos corsários franceses, em 1572, que passou para o património na Região Autónoma da Madeira (em Julho de 1992) e onde o governo madeirense decidiu instalar o Museu de Arte Contemporânea.

Neste espaço existe uma colecção de arte contemporânea portuguesa desde os finais dos anos 60 com obras de alguns dos mais significativos artistas do país que tem vindo a ser enriquecido com o passar dos anos.

Depois, na Reitoria da Universidade da Madeira que funciona no antigo Colégio dos Jesuítas, um edifício que, em conjunto com a Igreja de S. João Evangelista, constitui o maior complexo edificado até o século XIX, o Presidente da República, inaugura a exposição intitulada "Turismo Cultural-Percurso na Cidade do Funchal" que estará patente ao público até 31 de Agosto.

Esta mostra inclui três grandes temas, designadamente o turismo, a cidade e as festividades que são explanados em 12 roteiros diferentes que falam sobre o património móvel e

imóvel da cidade desde o século XV até ao presente.

Cavaco Silva visita ainda o Museu da Arte Sacra, estrutura instalada no antigo Paço Episcopal do Funchal, um núcleo que se distingue pelas suas colecções de Arte Flamenga, reunida com os proventos do tempo com elementos de pintura, escultura e ourivesaria desde os finais áureo do comércio do açúcar que data do século XV até ao fim da primeira metade do século XVI.

Dispõe também de um núcleo de Arte Portuguesa com peças que datam até meados do século XVIII, incluindo pintura, escultura, ourivesaria e paramentaria.

É neste espaço que o Chefe de Estado inaugura uma outra exposição, a de "Obras de Referência dos Museus da Madeira", composta por 77 peças seleccionadas dos núcleos museológicos da cidade, como a Quinta das Cruzes, Casa-Museu Frederico de Freitas, o de Arte Contemporânea do Funchal, Fotografia Vicentes, o de Arte Sacra, Henrique e Francisco Feanco, o "A Cidade do Açúcar", Instituto do Bordado e Artesanato da Madeira e a Casa Colombo (Porto Santo).

Nos restantes dias, Cavaco Silva inaugura ainda uma outra mostra, a do Museu da Presidência da República, no edifício do Governo Regional da Madeira, dedicada aos Chefes de Estado.

O Centro Cultural John dos Passos (Ponta do Sol), o Centro das Artes - Casa das Mudanças (Calheta) são outras estruturas de carácter cultural existentes fora do Funchal que serão visitadas pelo Presidente da República.

Órgãos de soberania devem hastear a Bandeira da Região nos seus edifícios, para além da Bandeira Nacional

O Grupo Parlamentar do PSD-M vai apresentar na Assembleia Legislativa (ALM) um projecto de resolução que visa denunciar ao Ministério Público os órgãos de soberania que na Madeira não hasteiam a bandeira da Região nos seus imóveis.

Os sociais-democratas madeirenses consideram uma "desobediência qualificada", "uma clara afronta ao poder regional" e "sancionável criminalmente" o não hastear da bandeira da Região nos edifícios do Estado na Madeira designadamente, entre outros, no Palácio de São Lourenço, residência do Representante da República.

O projecto de resolução, agendado para a sessão plenária após a visita do Presidente da República à Região, faz uma retrospectiva histórica sobre a matéria começando por lembrar que a "Constituição da República reconheceu o arquipélago da Madeira como Região Autónoma, sujeito constitucional próprio e pessoa colectiva de direito público".



"Nessa decorrência - prossegue - a Região adoptou, em 1978, mediante o Decreto Regional n.º 30/78/M, de 12 de Setembro, as suas próprias insígnias, que passaram a constituir um traço marcante da sua identificação e distinção, e, um valor de referência de toda a colectividade".

"Posteriormente - continua - o Estatuto Político-Administrativo da Madeira, aquando da sua revisão pela Lei n.º 130/99, de 21 de Agosto, consagrou, no seu artigo 8.º, n.º 2, a utilização dos símbolos regionais nas instalações e actividades dependentes dos órgãos de Governo da República na Região".

O projecto de resolução recorda ainda que "face à notada omissão verificada na utilização da Bandeira Regional por parte dos referidos órgãos" a Assembleia Legislativa entendeu "conferir ainda maior exequibilidade à norma do Estatuto, aprovando o Decreto Legislativo Regional n.º 23/2003/M, de 14 de Agosto, com idêntico comando normativo".

"No ano seguinte, e através da Resolução n.º 5/2004/M, de 04 de Maio, este Parlamento constatou que, não obstante o imperativo legal, muitas instituições dependentes dos órgãos de governo da República, designadamente o Palácio de São Lourenço, a Capitania do Porto do Funchal, a Fortaleza do Pico, entre outras, continuavam a não hastear a bandeira da Região, numa clara afronta ao poder regional, chamando a atenção para o facto de o incumprimento da lei ser sancionado criminalmente", sustenta.

Quatro anos volvidos, o Grupo Parlamentar do PSD-M constata "um reiterado incumprimento de um preceito legal aprovado por unanimidade na Assembleia da República, atitude dificilmente compaginável com um Estado de Direito e que parece traduzir-se até numa verdadeira omissão estratégica".

Por isso e para o Grupo Parlamentar do PSD-M, "não se pode cumprir e ficar tudo na mesma, tem que haver consequências".

"Este reiterado e manifesto incumprimento da lei e o menor respeito devido à Bandeira da Região têm naturalmente que ter um efeito numa sociedade civilizada como a nossa, o que passa pela denúncia e participação a quem, nos termos da lei, exerce a acção penal e defende a legalidade democrática", acrescenta.

"Nestes termos, a Assembleia Legislativa da Madeira, no uso dos seus poderes legais e regimentais, resolve denunciar a situação de desobediência qualificada por parte dos órgãos da República sobre quem impende o dever legal de hastear a Bandeira Regional, e que se traduz no não cumprimento de um comando constante de um diploma de valor reforçado como é o Estatuto da região, e mandar a Mesa do Parlamento para desencadear o respectivo processo Junto do Ministério Público", conclui.

A resolução do parlamento regional que deverá ser aprovada pela maioria dos deputados do PSD-M será, posteriormente, enviada ao Presidente da República e ao primeiro-ministro. - Fonte: Gab. Imp. PSD na ALM

A cidade assinala o “Dia Internacional dos Monumentos e Sítios” Património Religioso e Espaços Sagrados

Para assinalar o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, que se comemora a 18 de Abril, a Câmara Municipal de Cascais preparou um programa cultural que terá início às 15H00, subordinado ao tema “Património Religioso e Espaços Sagrados”.

O programa inicia-se pelas 15H00, com uma visita guiada à Igreja de Nossa Senhora da Assunção, em Cascais, que será conduzida pelo especialista em Azulejaria Portuguesa, Professor José Meco. A Igreja Nossa Senhora da Assunção, edificada durante o século XVI, destaca-se pelos seus painéis de azulejo e os quadros de estilo Barroco de Josefa d’Óbidos.

Pelas 17H00, tem lugar a colocação de uma placa identificativa do Poço Novo, na Travessa do Poço Novo, em Cascais. Trata-se da estrutura de um poço construído entre as épocas Medieval e Moderna, localizado pelo antropólogo Luís Gomes em Outubro de 2007, aquando das obras de remodelação da rede de águas pluviais na Travessa do Poço Novo.

No encerramento das comemorações, pelas 18H00, o Centro Cultural de Cascais é palco da apresentação do livro “O Paraíso no Fim do Mundo ou o Culto de Nossa Senhora do Cabo”, da autoria do antropólogo Luís Marques. A obra foca aspectos relacionados com a vivência religiosa no santuário do Cabo Espichel, local de culto e romaria por parte das populações. A imagem de N.ª Senhora do Cabo passa um ano em cada uma das 25 paróquias que lhe são devotas. O último périplo por Cascais teve lugar em 2002/2003, período durante o qual foi objecto de várias manifestações religiosas/culturais.

A apresentação do livro estará a cargo do historiador Vítor Serrão.

Mostra antológica no Centro Cultural: “Ocidente/Oriente, Pintura de José Sarmento”

Foi Inaugurado no dia 11, às 21H30, no Centro Cultural de Cascais, “Ocidente/Oriente – Pintura de José Sarmento”, uma exposição comissariada por Luísa Soares de Oliveira.

Organizada pela Fundação D. Luís I, a mostra apresenta uma retrospectiva da obra do Embaixador José Sarmento em que pela primeira vez, de uma forma abrangente e sistematizada, a pintura do diplomata é apresentada.



Esta exposição, que parte de uma antiga ideia do Arquitecto Sommer Ribeiro, é complementada com uma mostra de desenhos na Fundação Mário Soares (17 de Junho a 30 de Julho de 2008).

José Sarmento (1932-1999), natural de Coimbra, frequentou Direito e Letras nessa cidade, e ainda estudante começou a pintar, ao mesmo tempo que se evidenciava também como poeta. Em 1963 ingressou no Ministério dos Negócios Estrangeiros como membro do corpo diplomático e ao longo da sua vida profissional ocupou postos em Kinshasa, Joanesburgo, Porto Alegre, Clermont-

Ferrand, Sydney, Milão e Lima, recolhendo dessa mundivivência larga inspiração para a sua abundante e qualificada obra plástica.

Um conjunto de participações em exposições colectivas e individuais, em Portugal e no estrangeiro, valorizam o currículo do pintor, que recebe consagração póstuma com esta antológica notável.

Na inauguração, o Actor Sinde Filipe leu poemas de José Sarmento, extraídos dos seus livros “Paleta dos Dias” (1956) e “Poemas da Estrada” (1958).

A exposição fica patente ao público até 22 de Junho, de terça a domingo, das 10H00 às 18H00. A entrada é livre.

– Gab. Imp. CM Cascais



Notícias de Caminha

Convenção Autárquica do Alto Minho decorrerá em Caminha no dia 19

A Convenção terá o seguinte programa:

14:00h I Recepção dos participantes.

14:30h I Sessão de abertura.

Dr. Flamiano Gonçalves Martins – Presidente da CPS/PSD de Caminha.

Eng.º Ribau Esteves – Secretário-Geral do PSD.

15:00h I 1.º Painel – “os desafios”
Dr.ª Júlia Paula – Presidente da

Câmara Municipal de Caminha (Moderadora).

Dr. Luís Montenegro – Deputado e Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia da República.

Dr. Manuel Frexes - Presidente dos Autarcas Social Democratas e Presidente da Câmara Municipal do Fundão.

Dr. Rui Alves – Coordenador Autárquico da CPD/PSD de Viana do Castelo e Presidente da Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez.

16:00h I – Debate

16:30h I – Intervalo

16:45h I – 2.º Painel – “Desafios do QREN”

Dr. Francisco Araújo – Presidente da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez (Moderador).

Eng.º Carlos Duarte - Membro Executivo da Comissão Directiva do

Programa Operacional Regional do Norte (QREN).

Eng.º António Couto dos Santos – Vogal da CPN/PSD e Vice-Presidente da AEP.

Dr. José Eduardo Martins – Deputado e Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia da República e Ex-Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional no XVI Governo Constitucional.

17:45h I – Debate

18:15h I – Encerramento
Dr. Eduardo Teixeira – Presidente da CPD/PSD de Viana do Castelo e Vogal da CPN/PSD.

Dr. Fernando Seara – Vice-Presidente da CPN/PSD e Presidente da Câmara Municipal de Sintra.

– Fonte: CPS Caminha

Notícias de Évora

O Concelho deve reforçar a competitividade cultural e turística objectivo pelo qual o PSD se bateu sozinho neste mandato

Durante dois anos, o PSD defendeu sozinho a necessidade de elaboração de um Plano Estratégico para o concelho de Évora.

Apenas na mais recente reunião da CME, a pouco mais de um ano do final do mandato, se irá discutir o seu início. Trata-se de um documento de vital importância para que as opções de desenvolvimento e construção do futuro, a decidir por quem foi democraticamente eleito, resultem da ampla e participada audição dos eborenses e dos seus agentes representativos nas mais diversas áreas da vida do concelho, entre elas a cultura, o desporto e a promoção turística.

A discussão agora gerada em torno da criação da empresa municipal de gestão e programação cultural e desportiva veio evidenciar, nas áreas cultural, desportiva e turística, à semelhança de outras, as razões da nossa insistência em torno do Plano Estratégico: antes de fazer é necessário planear, para que saibamos onde estamos e, sobretudo, para onde queremos ir.

Só a fundamentação da relevância estratégica da cultura enquanto âncora de um projecto de desenvolvimento coerente para Évora, que deverá em primeiro lugar ser feita pelos seus próprios agentes, de uma forma participativa mas no respeito pelas diferenças de opinião de cada um, permitirá equacionar com seriedade política e responsabilidade cívica os instrumentos e mecanismos adequados à fertilização das condições de sucesso das estratégias que, até agora, ainda não foi possível vislumbrar em nenhum dos executivos municipais que dirigiram a Câmara de Évora nos últimos 30 anos.

O PSD irá empenhar-se nessa discussão, defendendo uma perspectiva construtiva de valorização do potencial cultural, através do estímulo à

estruturação de um cluster de indústrias culturais em Évora, gerador de oportunidades de consolidação de uma oferta cultural de vocação turística, que explore o património e o ambiente urbanos.

Considera o PSD que esta será a atitude mais responsável na defesa de Évora como cidade de cultura, à luz dos desafios decorrentes de um contexto actualizado de competitividade territorial. Porém, este modelo ainda não foi compreendido por alguns que, a par da recuperação de perspectivas ultrapassadas da década de 90, as quais não conseguiram fazer vingar satisfatoriamente na sequência do primeiro plano estratégico do concelho, procuram agora condicionar a decisão de alguns membros do executivo municipal através de pressões pouco aceitáveis em estados de direito e no âmbito do exercício do poder local pelos que estão investidos da legitimidade democrática decorrente da livre expressão da vontade popular.

Para os social-democratas, certos de que nesta matéria nos acompanham muitos de outras opções ideológicas, a cultura não poderá resumir-se a uma mera indústria de entretenimento, um mero negócio onde o lucro é factor determinante, afastando-se valores como a diversidade, a liberdade de criação, a multiplicidade de expressão e linguagem artísticas e, sobretudo, a possibilidade de poder escolher. Porém, também não poderemos aceitar que se mantenha a redistribuição dos impostos dos contribuintes sem regras de atribuição ou como únicas fontes de financiamento de actividades a que o público não adere.

A dependência de subsídios dos dinheiros públicos, a que alguns se habituaram e quase exigem como um direito adquirido, não poderá manter-se por muito mais tempo. O mecenato

e o patrocínio constituem apenas duas das múltiplas formas de financiamento a que, num futuro próximo, os agentes culturais e desportivos terão de recorrer, como forma de captação de capitais privados para os seus projectos.

Entende o PSD que não poderá a oferta cultural que Évora vier a equacionar no futuro ficar limitada à intervenção directa da Câmara Municipal ou de outras entidades de capitais públicos. À primeira caberá sobretudo a definição das opções políticas para a regulação dos apoios públicos com base em critérios objectivos. À empresa municipal deverá estar reservado o papel de desenvolver uma programação cultural e desportiva que afirme as especificidades da cidade e da região e, nessa medida, promova Évora como pólo de atracção turística. Para isso, deverá criar as condições para o pleno funcionamento dos agentes culturais e desportivos, privados ou associativos, valorizando os elementos distintivos em que assentem as suas produções através de contratualizações e parcerias. Exige-se que a sua acção seja permanentemente monitorizada e avaliada, já que a manutenção da empresa apenas se justificará na exacta medida do cumprimento dos seus objectivos.

No passado recente tivemos oportunidade de expor a nossa posição sobre a construção de um parque desportivo e a recuperação do Salão Central Eborense ou mesmo outras iniciativas semelhantes, determinantes para a qualidade de vida dos eborenses. Em nosso entender, estes projectos não estão, nem nunca poderão estar, dependentes da criação de uma empresa municipal, mas antes devem constituir uma prioridade de qualquer executivo e tê-lo-iam sido deste se o

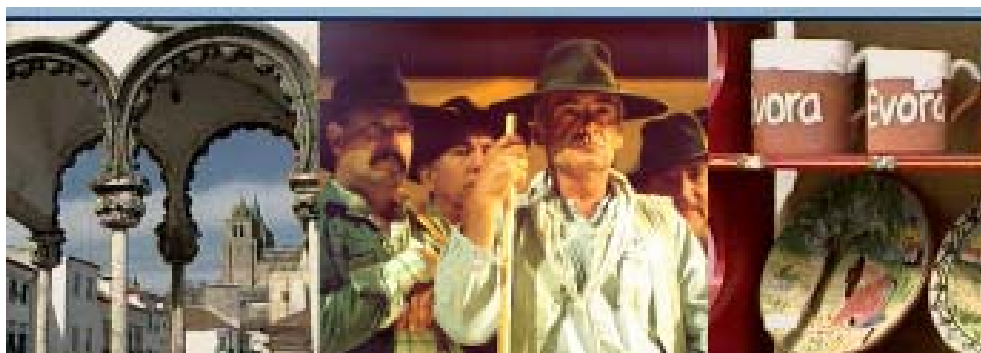
PSD a ele presidisse.

Sabemos que a construção destas obras em vésperas de eleições poderá traduzir-se em mais votos para quem detém o poder executivo na Câmara. Porém, para os social-democratas, a política não se resume a uma lógica aritmética de votos ganhos ou perdidos, mas antes, e sobretudo, qual a melhor decisão para garantir o desenvolvimento e bem-estar das populações que nos propomos servir.

O rigor da gestão dos recursos financeiros de um Município, sobretudo quando este atravessa prolongadas dificuldades e onde as receitas próprias são escassas, alicerçam a nossa convicção de que a criação de empresas municipais só se afigura justificável se delas resultar uma melhor utilização dos dinheiros públicos, investindo-os integralmente para servir melhor as pessoas. Assim, a não remuneração dos lugares de administração e a valorização dos recursos humanos do Município, através do seu recrutamento em exclusivo para o funcionamento da empresa municipal, são o primeiro sinal de preocupação com o racional controlo orçamental.

Contudo, como já publicamente havíamos revelado e hoje voltámos a explicitar, existem outras preocupações que consideramos fundamentais serem acauteladas. São elas a necessária reflexão estratégica sobre a cultura e desporto no nosso concelho, a definição de uma política assente em objectivos partilhados para a sua implementação, a auscultação dos agentes, a identificação das formas de melhoria da vida cultural e desportiva potenciando a nossa identidade e distinção competitiva, a quantificação dos meios necessários, disponíveis e a sua afectação equilibrada à consecução dos objectivos estabelecidos.

Ora, se hoje e aqui ficarem garantidos estes pressupostos, não pode o PSD ficar insensível à necessidade de encontrar formas flexíveis de financiamento para a reconstrução do Salão Central Eborense e para a construção de um parque desportivo municipal de que Évora carece desde há décadas e que deverão constituir as primeiras e únicas prioridades da empresa a criar, até que do plano estratégico de Évora resulte uma visão alargada e consistente para ao futuro do concelho, enquadradora do papel contributivo da cultura e do desporto na afirmação de Évora enquanto pólo de competitividade cultural, desportiva e turística de dimensão nacional. – CPS/ PSD-Évora



Relatório e Contas da Câmara Municipal: voto contra do PSD Aumentaram os impostos, diminuiu o investimento!

Na reunião de Câmara de 10 de Abril, foi analisado o Relatório de Gestão e Contas da Câmara Municipal de Ovar referentes ao ano de 2007, que receberam o voto contra dos Vereadores do PSD, com os seguintes fundamentos:

O Relatório de Gestão e as Contas da Câmara Municipal confirmam as piores expectativas dos autarcas sociais-democratas, que, recorde-se, já tinham votado contra o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2007. Nessa altura, os Vereadores do PSD afirmaram que a proposta socialista de Orçamento para 2007, assentava, mais uma vez, num “cenário completamente irrealista, sem possibilidade alguma de ser concretizado”. Assim o prevíamos, assim se concretizou. De facto, como agora se comprova, o orçamento real da autarquia é de aproximadamente 24 milhões de euros e não de 42 milhões, como foi erradamente apresentado com base nos mesmos pressupostos ilusórios a que a gestão socialista insiste em recorrer, ano após ano.

Entre os dados mais relevantes constatados pelos Vereadores do PSD, verifica-se que a execução orçamental apresenta, uma vez mais, taxas de realização muito aquém do previsto, designadamente, 64% do lado das receitas e 54% do lado das despesas. Salienta-se a baixíssima taxa de realização de 25% nas receitas de capital e de 32% nas despesas de capital

Em matéria de despesas de capital, que traduzem o Investimento realizado pela autarquia em obras municipais, realce-se que os resultados do ano 2007 representam o valor mais baixo dos últimos três anos! Este cenário é tanto mais grave se consideramos que, em 2007, houve um aumento das receitas



dos Impostos Directos (mais 1,4 Milhões de Euros) e 61% das receitas de Taxas, Multas e outras Penalidades (mais 400 mil euros), relativamente ao ano anterior. Houve também um aumento significativo de 6% do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e de 54% do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), representando um acréscimo de receita de 1,4 milhões de euros. Ou seja, ao mesmo tempo que aumentam os impostos e os sacrifícios dos munícipes, diminui o investimento do desenvolvimento do Concelho. Este dado, só por si, já diz muito sobre a falta de eficiência da gestão socialista na Câmara Municipal de Ovar.

Em termos de endividamento, regista-se como ponto positivo a diminuição do Passivo de 27 para 23 Milhões de Euros. Contudo, não devemos “embandeirar em arco” porque o seu valor (23.632.284,19 €) continua a situar-se em níveis preocupantes. E, sobretudo, não nos devemos esquecer que a diminuição do passivo não está directamente relacionada com nenhuma mudança

profunda e estrutural da autarquia, mas, tão somente, com expedientes de ocultação e desorçamentação de despesas já assumidas, como por exemplo: a expropriação de terrenos para as Passagens Desniveladas do Caminho-de-Ferro e para o futuro Centro Educativo dos Combatentes; as dívidas aos Serviços Sociais dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Ovar referentes a despesas de saúde; o aumento desenfiado dos impostos aos jovens (casados ou não) que compram habitação, por via do Imposto Municipal sobre Imóveis, ao contrário do que o PSD recomendou e defendeu; a não realização de investimentos previstos para as áreas da Educação, Protecção Civil, Saúde e Inovação, sendo que, nestas duas últimas áreas, o investimento da autarquia no ano passado foi ZERO!

Por último, os Vereadores do PSD lamentam que, relativamente às Grandes Opções do Plano de 2007, se tenha verificado uma baixíssima taxa de execução financeira (45,5% daquilo que estava inicialmente previsto). Dos 30 milhões de euros previstos no Orçamento, apenas foram investidos 13,7 milhões de euros, o que traduz bem a dificuldade em realizar investimento face à reduzida disponibilidade financeira da Câmara Municipal de Ovar. Por isso, é de lamentar profundamente que estivessem previstos investimentos para os Centros Educativos, para o Centro de Ciência Viva, para a Saúde, para os Serviços Municipais de Protecção Civil e para a Inovação e Desenvolvimento do Concelho, quando, por fim, nem sequer um cêntimo foi aplicado nestas áreas.

Em conclusão, a Conta de Gestão de 2007 só vem confirmar a trajectória falhada que tem sido seguida pela maioria socialista que lidera a Câmara Municipal de Ovar:

apesar do aumento da receita dos impostos, a despesa corrente continua a crescer e o investimento continua a diminuir, atingindo os níveis mais baixos e vergonhosos dos últimos três anos. – CPS/PSD-Ovar

PSD vota contra Contas dos SMAS: mais fugas de água e despesas correntes elevadíssimas

Na última Reunião de Câmara, os Vereadores do PSD votam contra o Relatório e Contas de Gestão de 2007 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Ovar. Entre outras razões que fundamentam a discordância do PSD, salientam-se as seguintes:

- A Despesa de Capital, que representa o Investimento realizado em 2007, apresentou uma baixíssima taxa de execução de 24%, ainda mais baixa do que em 2006;

- As Despesas Correntes (salários, despesas administrativas, etc.) têm um peso excessivo, de 82%, na estrutura da Despesa Global, enquanto que as Despesas de Capital apresentam um valor quase residual, de somente 18%;

- As Receitas de Capital atingiram um ridículo valor de 0,09%, em 2007, o que não deixa de ser paradoxal, tanto mais que os SMAS têm duas ETAR'S desactivadas e os respectivos terrenos poderiam ser valorizados e aproveitados para outros fins.

- Em 2007, as perdas brutas de água foram de 40%, ou seja, superiores às verificadas em 2006, o que não deixa de ser um péssimo sinal da falta de poupança e de eficiência na gestão de um bem tão precioso como é a água;

- O resultado líquido positivo de 317.486,25 € apresentado pelos SMAS não se compreende, no contexto de uma entidade pública. De facto, uma entidade pública não deve ter a preocupação de dar lucro, mas sim, como já afirmámos várias vezes, de prestar um serviço de qualidade às populações. Se os SMAS registaram lucro, em 2007, das duas uma: ou não investiram bem os recursos financeiros disponíveis ou então cobraram os serviços prestados (venda de água e saneamento) a um preço superior àquele que deveriam cobrar, com evidente sobrecarga e penalização para os munícipes. – CPS/PSD-Ovar



Notícias dos Açores

PSD quer escola nas Quatro Ribeiras

À semelhança da sua actuação em várias freguesias do concelho, a comissão política da Praia da Vitória reuniu ontem, terça-feira, com militantes e simpatizantes da freguesia das Quatro Ribeiras, localidade que consideram ser, “dentro do universo das ilhas mais populosas da região”, um verdadeiro “exemplo de desertificação”.

Segundo a estrutura liderada por Paulo Ribeiro, as Quatro Ribeiras têm sido, no último ano, “vítimas” da política centralista e de base exclusivamente económica levada a cabo pelo partido socialista, “quer ao nível da câmara municipal, quer ao nível do governo regional”, referem.

A localidade em causa é apontada como um “exemplo perfeito” de medidas implementadas com o objectivo de cumprir um único propósito e que é “satisfazer os interesses do partido em vez dos interesses das populações”, diz o PSD, não aceitando que “em pleno século XXI” a freguesia das Quatro Ribeiras seja “a única do concelho da Praia da Vitória que, para já, não tem escola”.

Criticando aquela que tem sido a política seguida pelo partido socialista, os social-democratas defendem que “todas as freguesias devem ter escola”, e consideram que a presença de uma estabelecimento de ensino num aglomerado populacional significa uma “garantia de continuidade, de fixação da população e de futuro”, explicam.

Como tal alertam para que as Quatro Ribeiras “não sejam excepção”. O PSD quer as crianças “de volta à sua freguesia” e que os pais da localidade “voltem a matricular os filhos na sua escola, perto de casa”. Só assim consideram que possam as

Quatro Ribeiras ter condições “para fixar população e para crescer”.

Com efeito o PSD aposta numa política “de proximidade e de fixação da população”. Segundo a concelhia praiense, bem mais importante do que “cosmética e políticas de entretenimento de baixo valor é a vida das pessoas”, pelo que fica o repto de ser preciso “voltar a valorizá-las”, concluem.

PSD quer continuidade das quotas leiteiras

O líder do PSD/Açores defendeu ontem à noite a manutenção do sistema de quotas leiteiras na União Europeia como a “única forma” de proteger “os produtores “mais limitados, mais pequenos e mais periféricos”, como são os açorianos. Costa Neves acusou o governo regional de “não marcar presença na primeira linha do combate em prol das quotas”, pois só uma realidade que abarque aquele sistema permitirá aos Açores continuar a ter “uma produção agrícola sustentável e um desenvolvimento equilibrado do sector”, adiantou.

Segundo o líder laranja a posição do executivo socialista é “típica e vem de há muito tempo atrás”. Costa Neves diz que o governo “não estabelece determinado tipo de objectivos, e fá-lo para não perder”, podendo assim defender “o que não interessa à região e fugir da realidade negocial, que é um direito legítimo de todos quantos pertencem à União Europeia”, referiu.

O presidente social-democrata participava num encontro sobre ruralidade e agricultura, realizado em Angra do Heroísmo, certame onde apresentou um rol de propostas para o sector agrícola, numa primeira



antevisão do que um governo do PSD irá fazer em termos de decisões para o sector. Desde logo defendeu que “a gestão do território é valiosa e feita pelos agricultores, pelo que a sua actividade deve ser prioritária”, dando ênfase à questão do emparcelamento que disse “estar na hora de ser tratada como deve ser”. Costa Neves garantiu novas políticas para os jovens agricultores, “sem os quais não vejo futuro para o sector nos Açores”, disse, e anunciou um “novo modelo de desenvolvimento assente na modernidade e na recuperação dos prestígio da agricultura entre nós”, explicou.

“Uma política de proximidade deve ser a vontade comum de um governo nosso”, revelou, acusando a tutela de “contradições várias” ao nível da saúde, da educação e de outros domínios, que vão motivando o abandono das localidades rurais”, que arriscam ficar “desertas”, alertou. Sendo governo, o PSD irá elaborar uma carta da ruralidade “por cada ilha e mediante as especificidades e características próprias das nove parcelas da região”, prometeu Costa Neves. A criação de um “observatório de preços” foi outra das propostas apresentadas, numa lógica de “conhecer e analisar as variações constantes do mercado”, que criam um sentimento geral de “insegurança entre

os produtores das várias vertentes agrícolas”, adiantou.

Presente como orador convidado esteve o ex-ministro da Agricultura, Arlindo Cunha, que sustentou a continuidade das quotas, em “prol da estabilidade dos mercados e dos preços pagos aos agricultores”, de modo a que as grandes potências produtoras de leite “como a Dinamarca, a Holanda, a França ou a Polónia”, não possam açambarcar os mercados. Segundo o professor universitário, um país “periférico como Portugal” tem de pugnar a sua acção pela manutenção de um sistema “que defenda as suas particularidades enquanto produtor, esse deveria ser “um imperativo nacional”, referiu.

Bairro da Terra Chã envolto em dúvidas

O PSD/Açores denunciou hoje os “sucessivos” problemas que vão “pondo em causa” a qualidade de vida dos moradores do bairro social da Terra Chã, no concelho de Angra do Heroísmo, estrutura a necessitar urgentemente da “muito prometida, mas sempre adiada” intervenção de requalificação, refere um requerimento entregue à assembleia açoriana pelos deputados Carla Bretão e António Ventura.

Segundo os parlamentares, a



referida intervenção é “mais do que justificada”, dada a dimensão do espaço e “o estado em que se encontram algumas habitações propriedade da Sociedade de Promoção e Reabilitação da Habitação e Infra-estruturas, SA (SPRHI)”, pelo que pretendem saber se o executivo “tem conhecimento” das diligências promovidas pela SPRHI, designadamente “o ante-projecto apresentado aos interessados”, que levantou “diversos problemas e a contestação dos particulares”, explicam.

Mais do que a reestruturação física do espaço, os deputados advogam a necessidade de “políticas sociais eficazes”, que promovam “a dignificação das pessoas e a resolução de graves problemas de toxicod dependência, alcoolismo, desemprego, pobreza e de exclusão em geral” naquele bairro em particular. Mas, e iniciado que foi o contacto com os proprietários do espaço, o PSD considera haver razões para esclarecimentos “imediatos”, de modo a que não surjam “entraves ou dúvidas que impliquem um ainda maior atraso na intervenção”.

“Das 255 casas que compõem o bairro, 78 são propriedade de particulares que investiram na aquisição e melhoramento das suas habitações”, diz o PSD, e fizeram-no “sem quaisquer constrangimentos”, dada a promessa do secretário regional da habitação e equipamentos, em Novembro de 2006, de que o projecto de requalificação se destinava “em particular às famílias que vivem em sobrelotação ou que não são proprietárias”, dizem.

Um ano depois foi anunciado que o Governo Regional, através da SPRHI, havia adjudicado “a elaboração do projecto de execução da zona ampliada do bairro”, de forma a construir “40 fogos para realojamento parcial dos agregados familiares ali residentes”. Entretanto os proprietários começaram a ser contactados para, “no âmbito do processo de requalificação”, serem realojados em habitações com áreas inferiores “às que são suas”, e ainda de “diferente tipologia”, uma vez que têm apenas um piso passando na proposta apresentada “a ter dois”, diz



o requerimento.

Para os deputados laranja é “essencial” perceber que tipo de requalificação está em vias de ser implementada no bairro da Terra Chã, pelo que tem de saber-se se será “reduzido o seu número de habitações, promovendo a integração de alguns dos seus habitantes noutros locais, e negociando com os proprietários outras alternativas de residência”, já que consideram “injusta” a proposta de reduzir as áreas dos prédios de que são proprietários os particulares contactados agora pela SPRHI.

Segundo explicam “esta deveria ser mesmo uma oportunidade para reduzir o número de habitações, diminuindo a grande densidade do local”, pelo que pedem também explicações à tutela

sobre as razões que levaram à proposta de alteração da tipologia dos prédios “passando de um para dois pisos”. Carla Bretão e António Ventura consideram as “mega-estruturas habitacionais que têm sido desenvolvidas”, uma clara má solução “social e urbanística” mas, assim mesmo, querem saber para quando se prevê “o início e o fim da intervenção de requalificação em causa”.

PSD quer “completo e total esclarecimento” sobre renovação da frota da SATA

O PSD/Açores desafiou hoje o governo regional a prestar um “completo e total esclarecimento” do processo de renovação da frota da SATA Air Açores, de forma a que seja “ultrapassado o clima de suspeição” gerado após as críticas feitas pela ATR, o concorrente preterido no concurso.

“O PSD afirma que, dado o carácter prioritário do processo de renovação da frota da SATA Air Açores, é fundamental e obrigatório, o completo e total esclarecimento do processo de aquisição dos novos aviões, de modo a ser ultrapassado rapidamente o clima de suspeição instalado”, afirmou Jorge Macedo, porta-voz do PSD/Açores para os Transportes, em conferência de imprensa.

Para o dirigente social-democrata, são “devidas explicações aos

açorianos”, dado que as “acusações graves” do concorrente preterido tiveram como resposta um governo regional “mudo” e uma administração da SATA “lácónica”.

Jorge Macedo revelou que o PSD/Açores vai solicitar no parlamento “todos os documentos necessários” para que a situação seja “esclarecida”.

Os social-democratas pretendem saber se as regras do concurso “foram ou não alteradas a meio do processo” e quais as “razões de natureza técnica e económico-financeira que fizeram a decisão pender para o construtor que apresentou um preço mais elevado”.

O PSD/Açores quer, também, que o governo regional e a SATA expliquem a “opção por aviões com custos de operação, manutenção e consumo de combustível mais elevados, e com maior nível de emissões de CO2”.

O porta-voz do PSD/Açores para os Transportes acrescentou que “não pode haver mais demoras e incerteza, sendo que, para tal, todo o processo tem de decorrer com total transparência”.

“O governo regional e a Administração da SATA não quiseram contribuir para garantir essa transparência. Não o fizeram por iniciativa própria, vão ser obrigados a fazê-lo”, afirmou.

– Gab. Imp. PSD/Açores





ALCOBAÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convocam-se todos os militantes da Secção de Alcobaca, no pleno uso dos seus direitos, para reunirem no próximo dia 16 de Maio de 2008, sexta-feira, pelas 19h00, na sede local do PSD, na Av. Prof. Eng. Joaquim Vieira Natividade – Alcobaca, com a seguinte Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política Nacional.

Nota: As urnas estarão abertas das 19h00 às 23h00.

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substitua, na Sede do PSD, na morada acima indicada.

ERRATA – SECÇÃO DE CASCAIS

Na convocatória publicada na edição anterior do Povo Livre onde se lê ...”até às 24h do dia 06 de Abril de 2008” dever-se-á ler e em conformidade com o Regulamento Eleitoral :

A sede da secção, sita na morada supra, estará aberta das 18 às 24h no terceiro dia anterior ao acto eleitoral para entrega de candidaturas, ou seja, **até às 24h do dia 06 de Maio de 2008.**

COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convocam-se a Assembleia de Secção do PSD de Coimbra, para reunir no próximo dia 16 de Maio de 2008, às 11h00, na Sede do PSD de Coimbra, sita na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, n.º 23, em Coimbra, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As urnas estarão abertas das 15h00 às 22h00.

As listas deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede do PSD de Coimbra.

GUIMARÃES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se todos os militantes da Secção de Guimarães, para participar na Assembleia Concelhia, no próximo dia 28 de Abril de 2008, segunda-feira, pelas 21h30, na Sede Social, sita ao Largo do Toural, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1- Apresentação e aprovação das contas do exercício de 2007;
- 2- Análise da situação político-partidária.

MELGAÇO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se todos os militantes da Secção de Melgaço, para reunir no próximo dia 25 de Abril de 2008, pelas 21h00, na Rua Dr. Afonso Costa, 1.º andar, n.º 107, 4960-000 Melgaço, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações acerca da actividade da Secção;
2. Análise da situação política Concelhia;
3. Análise e votação das contas referentes ao ano de 2008.
4. Plano de actividades para o ano de 2008.

Nota: Se à hora marcada não estiverem presentes a maioria dos militantes, a reunião terá lugar, trinta minutos após a hora fixada para o início dos trabalhos, com a presença de qualquer número de militantes.

SECÇÃO A

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes desta Secção, para reunirem no dia 29 de Abril de 2008, pelas 21h00, na Sede do PSD, sita na Rua República da Bolívia, n.º 53 – 1.º Dto, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Aprovação das contas de exercício de 2007;
3. Análise da situação política no âmbito da saúde.

VILA DE CONDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se a Assembleia de Militantes da Secção de Vila do Conde do PSD, para reunir no dia **16 de Maio de 2008**, pelas 21h30, na sede concelhia do partido, sita na Praça da República, n.º. 7 na cidade de Vila do Conde, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- Discussão e aprovação da Estratégia para as Eleições Autárquicas de 2009, apresentada pela Comissão Política;
- Análise da situação política.



CASCAIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Militantes da Secção da JSD de Cascais, para o próximo dia 21 de Maio de 2008, pelas 17 horas, na Sede da Secção, em Cascais, sita no Largo da Estação, n.º 4, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Balanço de Actividade;
- 2 – Análise da Situação Política;
- 3 – Apresentação de Candidaturas;
- 4 – Eleição da Comissão Política e da Mesa do Plenário da JSD Cascais.

Nota:

As urnas estarão abertas entre as 18 horas e as 20h30.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede Concelhia do PSD/JSD, sita no Largo da Estação, n.º 4.

O Presidente da Mesa do Plenário da Secção de Cascais
(Gonçalo de Oliveira Lage)

ALGÉS-CARNAXIDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se Plenário da Secção de Algés – Carnaxide, para o dia 18 de Maio de 2008, pelas 16 horas, na Sede da Secção, sita na Avenida Carolina Michaelis, Lote 72 – B, em Linda-a-Velha, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição da Mesa do Plenário da Secção;
- 2 – Eleição da Comissão Política da Secção.

Notas:

As urnas estarão abertas das 16 horas às 23 horas. As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado até às 24 horas do dia 15 de Maio de 2008, pelas 16 horas, na sede da Secção, sita na Avenida Carolina Michaelis, Lote 72 – B, em Linda-a-Velha.

O Presidente da Mesa do Plenário da JSD de Algés/Carnaxide
(Ángelo Pereira – 93 842 32 61)
angelopereira@gmail.com

SECÇÃO A de Lisboa

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis e na ausência de órgãos locais eleitos, convoco o Plenário de Secção da JSD, Secção A de Lisboa, para reunir no próximo dia 16 de Maio de 2008, pelas 21 horas, na Sede da Secção, sito na Rua da República da Bolívia, n.º 53 – 1.º Esq., Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política da Secção A de Lisboa da JSD.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital de Lisboa da JSD, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento Eleitoral da JSD, na Sede da Distrital de Lisboa, sita na Rua da Junqueira, n.º 209, em Lisboa.

b) As urnas estarão abertas das 21 horas às 23 horas.

O Presidente da Mesa da Assembleia Distrital
(Luís Newton)

OLIVEIRA DO BAIRRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais

da Juventude Social Democrata e demais Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário de Secção da Juventude Social Democrata de Oliveira do Bairro, para reunir no próximo dia 16 de Maio de 2008, pelas 21h, na sede do Partido Social Democrata de Oliveira do Bairro, sita na Rua do Foral, n.º 67, 1.º, 3770 – 218 Oliveira do Bairro, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Apresentação de candidaturas;
- 2 – Eleição da Mesa do Plenário e eleição da Comissão Política de Secção da JSD de Oliveira do Bairro.

NOTA:

1- As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD de Oliveira do Bairro, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na sede do Partido Social Democrata de Oliveira do Bairro, sita na Rua do Foral, n.º 67, 1.º, 3770 – 218 Oliveira do Bairro, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento do Acto Eleitoral da JSD.

2 - As urnas estarão abertas das 21h às 22h 30m.

O Presidente da Mesa do Plenário da JSD de Oliveira do Bairro
(Tiago David Correia Rodrigues)

NÚCLEO OCIDENTAL DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convoca-se o Plenário do Núcleo Ocidental do Porto, para reunir no próximo dia 17 de Maio de 2008, pelas 17h00, na Sede Concelhia, sita na Rua Pinheiro Manso, n.º 305, no Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição da Mesa de Plenário e Comissão Política do Núcleo Ocidental do Porto.

Notas:

As urnas estarão abertas entre as 17 horas e as 21h30.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

O Presidente da Mesa da Assembleia
(Tiago Lacerda)